



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS**  
**II CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA**

**FRANCIVANIA CASIMIRO SARMENTO**

**O “DIZER” NA SEARA POLÍTICA: AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO  
SUBJACENTES AO DISCURSO DE POSSE DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF**

**CAJAZEIRAS – PB**

**2012**

**FRANCIVANIA CASIMIRO SARMENTO**

**O “DIZER” NA SEARA POLÍTICA: AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO  
SUBJACENTES AO DISCURSO DE POSSE DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Língua Portuguesa, da Unidade Acadêmica de Letras do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Língua Portuguesa.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Fátima Maria Elias Ramos

**CAJAZEIRAS – PB**

**2012**



Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096  
Cajazeiras - Paraíba

S246d Sarmiento, Francivania Casimiro  
O "Dizer na seara política: as condições de  
produção subjacentes ao discurso de posse da  
presidenta Dilma Rousseff / Francivania Casimiro  
Sarmiento. Cajazeiras, 2013.

79f.

Orientadora: Fátima Maria Elias Ramos.  
Monografia (Especialização) – UFPG/CFP

1. Análise de discurso. 2. Discurso Político.  
3. Formação ideológica. I. Ramos, Maria de Fátima  
Elias. II. Título.

UFPG/CFP/BS

CDU- 81'322.5

FRANCIVANIA CASIMIRO SARMENTO

**O "DIZER" NA SEARA POLÍTICA: AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO  
SUBJACENTES AO DISCURSO DE POSSE DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF**

Monografia apresentada ao II Curso de Especialização em Língua Portuguesa, da Unidade Acadêmica de Letras do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Língua Portuguesa.

Aprovada em 10/12/2012

**BANCA EXAMINADORA**

Fátima Maria Elias Ramos

Prof.<sup>a</sup> Dra. Fátima Maria Elias Ramos- Orientadora

José Wanderley Alves de Sousa

Prof. Dr. José Wanderley Alves de Sousa - Examinador

Josias de Castro Galvão

Prof. Dr. Josias de Castro Galvão - Examinador

Prof.<sup>a</sup> Dra Mariana Moreira Neto- Examinadora Suplente

Quando digo o que sou, de alguma forma eu o faço para também dizer o que não sou. O “não ser está no avesso do ser”, assim como o tecido só é tecido porque há um avesso que o nega, não sendo outro, mas complementando-o. O que não sou também é uma forma de ser. Eu sou eu e meus avessos.

Padre Fábio de Melo (2008)

Aos meus pais, Assilon e Francisca.

**COM AMOR, DEDICO**

## AGRADECIMENTOS

A Deus, sobretudo, pelo dom da vida e por tudo o que ELE tem providenciado até hoje;

À minha família pelos valores ensinados e por compreender minhas ausências;

A meu tio, Pe. José Casimiro da Silva, pelo incentivo à leitura desde os primeiros anos de vida;

À professora, Dra Fátima Maria Elias Ramos, pela paciência e orientação;

Aos professores cujos testemunhos e exemplos foram importantes para que eu continuasse a caminhada;

Aos colegas de turma pela tolerância e amizade;

Aos diretores e colegas das escolas nas quais, trabalho, pelo incentivo e apoio;

A todos os que, em maior ou menor grau, prestaram a sua colaboração, a fim de que eu pudesse concluir o curso.

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE CAMPUS GRANDE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS  
MATEMÁTICA  
CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

## RESUMO

Esta monografia trata das condições de produção presentes no Discurso de Posse da Presidenta Dilma Rousseff. A Análise do Discurso de linha francesa foi a teoria-base deste trabalho. Alguns conceitos-pivô serviram de ancoragem, a fim de entender como as condições de produção se materializam nesse discurso. O *corpus* analisado foi o Discurso de Posse da Presidenta Dilma Rousseff. Seu acesso ocorreu via *internet*. Este trabalho teve como métodos a indução e o estruturalismo e como técnica, a documentação indireta, pois o documento já existia. Os passos seguidos foram: leitura do material, delimitação do *corpus*, análise de *corpus* e possíveis considerações finais. Os objetivos deste trabalho foram: identificar as estratégias do discurso político presentes no discurso em pauta; perceber no discurso político o reflexo de uma atividade elaborada e consciente que prima por evitar possíveis contratempos; reconhecer a garantia dos propósitos de comunicação por parte dos atores políticos; apreender as formações imaginárias inerentes ao discurso em análise; identificar o contexto sócio, histórico, cultural e ideológico. A pretensão deste trabalho foi mostrar que o sujeito político não enuncia tudo o que deseja. Os condicionamentos marcam seu dizer, os quais tendem a amenizar os perigos subjacentes ao discurso. Ainda que a Presidenta Dilma Rousseff quisesse proferir determinados dizeres para o povo brasileiro; a formação ideológica, a formação discursiva e as condições de produção impediram-na de dizer a verdade em toda a sua extensão. Antes de a Presidenta enunciar, Dilma Rousseff formulou imagens de si mesma, do povo brasileiro e de seu discurso. Essa antecipação funciona como um filtro e tende a favorecer a boa convivência entre os interlocutores. Por mais que a Presidência seja uma função de destaque, o dizer da Presidenta é resultado do assujecimento ao Partido dos Trabalhadores, àqueles que lhe apoiaram e nela confiaram. Sua liberdade é restrita. Assim, o seu dizer constitui uma representação que tem de se adequar à enunciação. Enquanto cidadã, suas concepções não coincidem com aquilo que ela profere enquanto integrante da instância política. Daí, em vários momentos do seu discurso, a Presidenta enuncia em nome da Nação brasileira. Ela evita assumir sozinha a responsabilidade de seu dizer.

**PALAVRAS-CHAVE:** Condições de Produção. Discurso Político. Formação Ideológica.



## ABSTRACT

This monograph deals with the conditions of production present in the Possession Speech of President Dilma Rousseff. The Speech Analysis of French line was the theory basis of this work. Some main concepts served anchor, in order to understand how the conditions of production materialize in this discourse. The *corpus* analyzed was the Possession Speech of President Dilma Rousseff. Your access was via *internet*. This study adopted the induction method and structuralism method and how technical documentation indirect because the document already existed. The steps followed were: reading material, delimitation of the *corpus*, analysis of *corpus* and possible closing remarks. The objectives of this study were to identify the strategies of political speech in the present discourse in question; to realize in political speech the reflection of an conscious and elaborated activity that avoids possible setbacks; to recognize the assurance of the purposes of communication by the political actors; to apprehend the imaginary formations inherent to the analyzed speech, to identify the social, historical, cultural and ideological context. The intention of this work was to show that the political subject does not state anything she wishes. The conditionings mark him say, which tend to the dangers the underlying speech. Even if President Dilma Rousseff wanted to say certain sayings to the Brazilian people, the ideological formation, the discursive formation and the conditions of production prevent throughout its length. Before any announcement, President, Dilma Rousseff formulated pictures of herself, the Brazilian people and of her speech. This anticipation acts as a filter and tends to favor the good coexistence between the interlocutors. As much as the presidency is a function of prominence, saying the President is a result of subjection to the PT, those who supported and relied on her. Her freedom is limited. Thus, her saying constitutes a representation that must suit the enunciation. As a citizen, her views do not match what she speaks as a member of the political instance. Thence, in several moments of her speech, the President states in the name of the Brazilian nation. She avoids taking responsibility for her own statement.

**KEYWORDS:** Production Conditions. Political Speech. Ideological Formation.

---

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD Análise do Discurso (referida à Escola Francesa de análise do discurso)  
CEC Centro de Estudos Cinematográficos  
Colina Comandos de Libertação Nacional  
CPC Centro Popular de Cultura  
FEE Fundação de Economia e Estatística  
MDB Movimento Democrático Brasileiro  
Mercosul Mercado Comum do Sul  
ORM-Polop Organização Revolucionária Marxista-Política Operária  
PAC Programa de Aceleração do Crescimento  
PT Partido dos trabalhadores  
RS Rio Grande do Sul  
STM Superior Tribunal Militar  
UFMG Universidade Federal de Minas Gerais  
UFRGS Universidade Federal do Rio grande do Sul  
Unasul União das Nações Sul-Americanas  
VAR-Palmares Vanguarda Armada Revolucionária- Palmares  
VPR Vanguarda Popular Revolucionária

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 ANÁLISE DO DISCURSO - A FUSÃO DO HISTÓRICO AO LINGUÍSTICO ATRAVÉS DO DISCURSO .....</b>	<b>17</b>
2.1 ANÁLISE DO DISCURSO - A INCOMPLETUDE DA FRASE .....	17
2.2 AS LIMITAÇÕES DO BINÔMIO LÍNGUA/FALA E AS POSSIBILIDADES DO DISCURSO .....	19
2.3 SABER, PODER E DISCIPLINA - A TRILOGIA FOUCAUTIANA NA CONSTRUÇÃO DO DISCURSO.....	20
2.4 OS RITUAIS E AS ESTRAGÉGIAS INERENTES À CONSTITUIÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO.....	22
2.5 O PAPEL DA IDEOLOGIA NA (IN)EFICÁCIA DO DISCURSO.....	24
2.6 A IDENTIDADE DEPENDE DO OUTRO.....	26
2.7 FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS - DE QUE FORMA SE MATERIALIZAM NO DISCURSO.....	30
2.8 SUJEITO - ENTRE A LIBERDADE E O ASSUJEITAMENTO.....	31
2.9 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO - FATORES QUE DETERMINAM O FORMATO DO DISCURSO.....	32
<b>3 DISCURSO POLÍTICO - NATUREZA, ESTRATÉGIAS E FINALIDADE.....</b>	<b>36</b>
3.1 DISCURSO E POLÍTICA - APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS .....	36
3.2 A LEGITIMIDADE DO DISCURSO POLÍTICO E O USO DE ESTRATÉGIAS.....	41
3.3 O FORMATO DO DISCURSO POLÍTICO.....	42
3.4 VERACIDADE, VERDADE E MENTIRA NO DISCURSO POLÍTICO.....	45
<b>4 ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>.....</b>	<b>47</b>
4.1 O SUJEITO E SUA HISTORICIDADE - QUEM É DILMA ROUSSEFF?.....	47
4.2 O USO DA LINGUAGEM COMO DIMINUIÇÃO DAS ASPEREZAS DO DISCURSO.....	50
4.3 O DISCURSO DE POSSE DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF – COERÇÕES, ANTECIPAÇÕES, ASSUJEITAMENTO E CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO.....	53
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>63</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>65</b>
<b>ANEXO</b>	

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho se insere na área de Ciências Humanas. Trata-se do tema discurso político. Seu respaldo teórico está pautado na Teoria da Análise do Discurso (doravante AD) de linha francesa. Esta fornecerá os conceitos de sujeito, sentido, discurso, condições de produção, formação discursiva e formação ideológica, interdiscurso e memória discursiva. Conforme a AD, quem diz o faz a partir de um lugar social. Seu dizer está condicionado por fatores externos e internos, ou seja, não basta querer dizer, é preciso estar autorizado a fazê-lo. Afora isso, o sujeito deve ter consciência de que ele não é o criador do seu discurso, pois o seu dizer resulta de outros dizeres. Consequentemente, o sujeito pode ser livre e, principalmente, assujeitado. Livre porque há muitos momentos em que ele se rebela e age de acordo com a sua liberdade, sem estar, necessariamente atrelado a uma formação discursiva e a uma formação ideológica. É assujeitado, uma vez que ao se inscrever numa formação discursiva e ideológica, o sujeito tem sua liberdade cerceada pelos dizeres destas, de modo que há discursos, crenças e/ou valores com os quais ele concorda ou discorda; entretanto, não pode assumir um posicionamento particular.

Na verdade, há outros conceitos-pivô da Análise do Discurso, no entanto, demos prioridade aos conceitos acima citados por entendermos que são necessários e coerentes com a proposta deste trabalho. Portanto, foi desnecessário determo-nos aos demais, visto que não foram utilizados na análise do *corpus*. Os conceitos trabalhados são comuns a muitos discursos, inclusive ao discurso político.

Por sua vez, a opção por analisar um texto pertencente ao domínio discursivo político deve-se ao fato de que, cientificamente, este leva o pesquisador a conhecer o que, de fato, é o discurso político, suas condições de produção, suas estratégias e as técnicas de manipulação da palavra recorrentes nesse discurso. Além disso, é inconcebível que se analise um discurso político sem antes ter conhecimento a respeito de sua fundamentação. Assim sendo, os contornos teóricos que embasaram este trabalho tiveram por base os autores como: Eni P. Orlandi, Michel Foucault, Helena Brandão, Mussalim & Bentes, Patrick Charaudeau, entre outros.

Transpondo para a prática, o objetivo geral deste é analisar as condições de produção que permeiam o discurso de posse da Presidenta, Dilma Rousseff, no sentido de perceber a maneira como tais condições se materializam nesse discurso. Será que essas condições seriam as mesmas, caso o discurso da Presidenta fosse proferido por outro agente político? Que

imagens da Presidenta são formatadas a partir do seu dizer por parte das instâncias midiática, adversária, da governança e cidadã?

Como se percebe, a questão diz respeito a: Que condições de produção são inerentes ao discurso de posse da Presidenta Dilma Rousseff? Dentre as condições de produção foram focalizadas, principalmente, as formações imaginárias. Esses questionamentos foram respondidos ao longo do trabalho, a partir da leitura dos teóricos e da análise do *corpus*, respectivamente.

A operacionalização deste trabalho deu-se com base na execução dos seguintes objetivos específicos:

- Identificar as estratégias do discurso político presentes no discurso em pauta, a fim de assegurar o convencimento e a persuasão do público;
- Perceber no discurso político o reflexo de uma atividade elaborada e consciente que prima pela não ocorrência de possíveis contratempos;
- Reconhecer a importância dos dizeres no que concerne à garantia dos propósitos de comunicação por parte dos atores políticos;
- Apreender as formações imaginárias inerentes ao discurso em análise;
- Identificar o contexto sócio, histórico, cultural e ideológico, no qual o discurso da presidenta ocorre.

Como se percebe, os objetivos propostos dizem respeito à natureza do discurso político, à sua finalidade, à sua especificidade e à maneira como este está estruturado. Contempla também o contexto em que esse discurso é produzido, além das formações imaginárias presentes durante a sua execução. Não é possível convencer a alguém em relação ao que se diz, quando o conteúdo desse dizer são palavras aleatórias, sem planejamento/organização. E o discurso político não está isento dessa necessidade. Há um ritual a ser seguido, a fim de que as chances de convencimento possam ser asseguradas. Tão importante quanto as articulações, em relação à materialidade do discurso, são as imagens formuladas por quem o profere. As formações imaginárias revelam as pretensões de quem diz em relação ao interlocutor.

Em decorrência disso, o político é tão importante quanto os discursos científico, religioso, jornalístico ou publicitário. No entanto, o que ocorre é que, cada vez mais, as pessoas estão dando menos importância a ele. E isso é perceptível através de atitudes como a resistência do eleitorado em assistir a pronunciamentos, debates, entrevistas e comícios, cujos protagonistas são integrantes da política partidária. Assim, para que suas propostas sejam

conhecidas, superficialmente, os políticos investem na realização, nas cores, na própria imagem, como também no discurso. Discurso esse que deve englobar a todos, sem discriminação e imitar a verdade, sem sê-la.

Por outro lado, é perfeitamente compreensível essa atitude da maioria do eleitorado, visto que a política brasileira nem sempre foi encarada com seriedade pelos sujeitos políticos. As constantes denúncias ou atitudes corruptas têm motivado o povo a reagir ao discurso político com indiferença e desdém. Apesar disso, é necessário estar atento a esse tipo de discurso; uma vez que antes de votar, o eleitor necessita tomar conhecimento das propostas dos candidatos disponíveis a sua escolha, conhecê-los melhor. De modo que, é inconcebível que o eleitor, embora detestando política, não reflita, nem avalie antes de votar. Um voto aleatório tende a contribuir para que qualquer candidato seja eleito e, conseqüentemente, se elejam pessoas pouco comprometidas com os interesses da maioria.

Optar pelo discurso político, e não por outro, é uma forma de chamar a atenção para a importância deste, uma vez que o Brasil é um país democrático e os seus representantes são eleitos através do voto direto, popular. Diante disso, a opção por este ou aquele agente político requer algum conhecimento a respeito dele: quem é o candidato, que funções se já assumiu, como foi seu desempenho e quais pretensões em relação à política. E o discurso é uma oportunidade de o eleitor conhecer/desconhecer os candidatos disponíveis a sua escolha. A opção pelo termo “desconhecer” deve-se ao fato de que o discurso não é transparente. Pode ocorrer de o político dissimular tanto de modo a construir para si uma imagem que não condiz com a que ele tem, com os valores nos quais acredita ou defende.

A escolha desse discurso reside no fato de que é um discurso inicial do mais recente cargo assumido pela Presidenta Dilma Rousseff. Até então, ela assumira funções técnicas a nível municipal, estadual e nacional. Além disso, este discurso representa parte da História do Brasil, visto ser a primeira vez que uma mulher assume a Presidência da República. Ao mesmo tempo em que representa a continuidade do projeto administrativo do ex-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores, também se singulariza por seu caráter inovador. É um discurso proferido por alguém que participou ativamente da História do Brasil num dos momentos mais conturbados - a ditadura militar. Alguém que vivenciou e acompanhou o desenrolar de nossa história, arriscando a própria vida em função de uma causa coletiva. Ela traz consigo uma ideologia, uma história que se materializam em seu dizer.

Escolher essa temática está relacionado à ideia de que, por ser uma área que desperta pouco interesse de poucos eleitores se comparado à comunidade em geral, talvez não haja tantas produções a respeito do tema, em particular sobre as condições de produção. Nessa

perspectiva, este trabalho se propõe a despertar o interesse por esse tipo de discurso e, ao mesmo tempo, servir de estímulo para outros trabalhos nessa área. Desse modo, pode-se contribuir para que mais eleitores despertem para a cidadania, ao refletir sobre os discursos que ouvem em seu cotidiano, não só o discurso político, buscando apreender as intenções, omissões e perigos embutidos nos dizeres circulantes na sociedade.

Portanto, querer nos aprofundar no discurso político implica estar diante de um discurso que permeia o cotidiano de cada cidadão. Com isso, os reflexos deste ultrapassam o período eleitoral. Daí a importância da reflexão em relação aos discursos políticos, a fim de que se faça a escolha do candidato “certo”.

Contudo, o discurso de campanha não é o suficiente para se conhecer um candidato, uma vez que, segundo Charaudeau (2006, p. 101), “ele não é a verdade, porém está no verdadeiro.” Muitas vezes, grande parte daquilo que o candidato profere, nada mais é que a “mentira” na cena política. Mentira que, por estar bem articulada, confunde-se com a verdade. Nesse caso, o objetivo – fim do discurso político e dos demais não é comunicar verdades, mas atender às necessidades de quem o profere ou produz. Nessa perspectiva, o discurso político tem necessariamente de englobar a todos, sem discriminação, a fim de conquistar o maior número de adeptos possível. Com isso, aquilo que representa a verdade para um grupo ou uma classe social pode não sê-lo para outro(s) e vice-versa.

Diante disso, acreditamos que a relevância de nosso trabalho está em auxiliar o leitor na compreensão da constituição do discurso político, uma vez que este, na maioria das vezes, é um texto elaborado e produzido segundo técnicas ou recursos que tendem a persuadir e convencer a respeito do que se diz, ainda que isso represente uma armadilha. Se o discurso político é fabricado previamente, é necessário refletir e analisá-lo antes de acreditar nele. Daí a importância de se utilizar da razão e da emoção no ato de votar. Por mais que o eleitor imagine que o seu voto não faz efeito em meio a tantos outros, ele não pode exercer sua cidadania de qualquer forma, pensando apenas em si, pois em algumas situações, um voto é o fator decisivo para decidir o processo eleitoral. Assim, uma decisão mal tomada tende a repercutir no sentido de favorecer ou prejudicar, não um cidadão isoladamente, senão toda uma coletividade.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa foi desenvolvida com base na análise do discurso de posse da Presidenta da República Federativa do Brasil, Senhora Dilma Rousseff, eleita a primeira mulher a exercer esse cargo em nosso país e proferido no dia primeiro de janeiro de dois mil e onze. Esse discurso foi proferido no Congresso Nacional, sito na cidade de Brasília, capital do Brasil, na presença de autoridades e

representantes de autoridades brasileiras e internacionais. A pesquisa está pautada na Teoria da Análise de Discurso de linha francesa (AD). É um discurso de uma técnica que assume os destinos do Brasil, governado ao longo de dois mandatos por um membro do partido ao qual ela é filiada.

Nosso *corpus* é constituído de um só discurso – Discurso de Posse da Presidenta Dilma Rousseff. O acesso ao mesmo foi via *internet*<sup>1</sup>.

A análise foi feita de todo o discurso, observando mais precisamente as condições de produção nele subjacentes: qual é o contexto social, histórico, ideológico no qual o discurso analisado se insere, as formações imaginárias que contribuíram para a sua elaboração.

Optamos por esse discurso por conter propostas daquilo que será implantado no Brasil ao longo do mandato da Presidenta Dilma. Afora isso, é um discurso proferido por uma mulher que assume essa função pela primeira vez em nosso país. Portanto, através desse discurso, os brasileiros têm a oportunidade de saber quais metas a Presidenta pretende priorizar, até que ponto o seu dizer é coerente com a história e ideologia de seu partido.

Inicialmente fizemos a leitura dos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa, como também leituras relacionadas ao discurso político. Em seguida, fizemos a leitura e análise do *corpus*.

Ao seguir este percurso metodológico, buscamos identificar as condições de produção desse discurso, de que forma elas se fazem presentes nele, quais são elas, qual a influência dessas condições, no que concerne ao efeito argumentativo do *corpus* em análise. Os resultados constaram da seguinte forma: um capítulo introdutório esclarecendo os propósitos da pesquisa para a produção de mais um trabalho no âmbito do discurso político, em detrimento de outros discursos.

O segundo capítulo tratou da Análise de Discurso a passagem da frase ao discurso, alguns conceitos-pivô da AD, a constituição e veiculação do discurso. Ou seja, nesse capítulo, abordamos o embasamento teórico, referente à Análise do Discurso.

No terceiro capítulo tratamos do discurso político quanto à sua natureza, suas condições, contratos e estratégias. Quem ouve tal discurso não se dá conta da verossimilhança, quando da constituição desse discurso. Há toda uma articulação de ideias, justamente para que o discurso político atinja o seu propósito.

Por sua vez, no quarto capítulo, procedemos à análise do *corpus* tentando relacionar a teoria à problematização sugerida; buscamos apreender as condições de produção que

<sup>1</sup> Disponível em <http://www.joildo.net/noticias>.



constituem o discurso da Presidenta Dilma Rousseff, fazendo com que ele se materializasse de uma forma e não de outra. Por fim, elaboramos as considerações finais a respeito do conteúdo tratado.

No que concerne à natureza, esta pesquisa se enquadra em resumo de assunto, uma vez que analisamos e interpretamos um *corpus* à luz de uma teoria. Além disso, existem outros trabalhos já publicados a respeito de condições de produção do discurso político, logo, este não foi um trabalho científico original. Nesse sentido, do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa foi exploratória e descritiva.

Quanto aos métodos, a abordagem foi feita com base na indução através do qual a interpretação do *corpus* resultou em conclusões generalizadas a respeito do discurso político. Por sua vez, a técnica utilizada foi à documentação indireta, uma vez que houve levantamento de documento escrito contemporâneo (discurso de posse proferido no dia 1º de janeiro de 2011), que foi pesquisado na *internet*, nos sites que disponibilizam o mesmo.

Em relação aos métodos de procedimento, adotamos a vertente metodológica estruturalista por concordarmos com Andrade (1991, apud Lakatos e Marconi, 2002) quando afirma que:

O método estruturalista, [...], parte da investigação de um fenômeno concreto, atinge o nível abstrato, mediante a constituição de um modelo que represente o objeto de estudo, retornando ao concreto, dessa vez como realidade estruturada e relacionada com a experiência do sujeito social. (ANDRADE, 1991, p.28 apud LAKATOS e MARCONI, 2002, p. 81-86)

Essa escolha justifica-se pelo fato de estarmos trabalhando com um discurso concreto que, para ser analisado faz-se necessário apreender o seu contexto, as mudanças imaginárias, a formação discursiva, a formação ideológica, entre outros. Portanto, a análise desse *corpus* passa pelo crivo da abstração, ao tempo em que retorna ao discurso trabalhado, visto ser ele uma estrutura que se relaciona com o meio social por ser produzido por um sujeito enquanto tal graças à presença do Outro.

Ainda concernente aos métodos, à metodologia e à técnica utilizadas, acreditamos que se fazem presentes ao longo de todo o trabalho, embora estejam mais voltados para a análise. No que diz respeito ao trabalho de análise, Orlandi, 2002 esclarece:

Inicia-se o trabalho de análise pela configuração do *corpus*, delineando-se seus limites, fazendo recortes, na medida mesma em que se vai incidindo um primeiro trabalho de análise, retomando-se conceitos e noções, pois a

análise de discurso tem um procedimento de ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao *corpus* e análise. Esse procedimento dá-se ao longo de todo o trabalho. (ORLANDI, 2002, p. 66-67)

Quando pensamos e decidimos sobre qual tema e sua respectiva delimitação e sobre qual *corpus* utilizar e em qual viés analisá-lo, conseqüentemente, imaginamos quais procedimentos metodológicos hão de ser utilizados. O processo de seleção/escolha também ocorre ao produzirmos o arcabouço teórico e incluímos apenas os conceitos que serão utilizados efetivamente na análise em vez de se reportar à teoria como um todo. Ao procedermos à análise de *corpus* e confrontarmos o discurso em análise com outros possíveis de existirem, automaticamente, está-se fazendo um recorte. No decorrer da análise é comum recorrer constantemente à teoria e ao *corpus*, a fim de se chegar a possíveis conclusões.

Em suma, a finalidade de se fazer esta pesquisa residiu em conhecer as condições de produção que norteiam a constituição do discurso investigado, as quais, certamente, diferem de outros discursos já proferidos ou que hão de ser ditos. Por fim, se ao tomar conhecimento das ideias desta produção, o cidadão for instigado a refletir, avaliar o discurso de um agente político e, posteriormente, tomar uma decisão consciente, desprovida de paixões ou atitudes subservientes, sem dúvida, a missão a que se presta este trabalho estará cumprida.

## 2 ANÁLISE DO DISCURSO - A FUSÃO DO HISTÓRICO AO LINGUÍSTICO ATRAVÉS DO DISCURSO

### 2.1 Análise do discurso - a incompletude da frase

O surgimento da Análise do Discurso está relacionado, até certo ponto, à necessidade de se estudar enunciados mais extensos e complexos, portanto, de se estudar o discurso. Até o início da década de 50 do século passado, os estudiosos da linguagem detinham-se a estudar estruturas simples, individualizadas, porém perceberam que essas eram limitadas e incapazes de explicar a complexidade da linguagem.

Pode-se afirmar com Brandão (1994, p. 15) que, antes de os linguistas demonstrarem interesse pelo estudo do texto, houve quem se preocupasse com o estudo do enunciado, mais especificamente, a relação entre enunciados. Era o método de análise transfrástica criado por Harris, através do qual era possível estudar o próprio enunciado e suas respectivas ligações, fazendo uso de conectivos. Afora a análise transfrástica, também dessa época, é o gerativismo criado por Noam Chomsky que defendia a criação de um grande número de sentenças formuladas a partir de um número limitado de regras internalizadas pelo falante. Qualquer falante de uma língua de posse das regras terá condições de produzir sentenças. Para a sua época, o gerativismo criado por Chomsky foi um grande avanço para os estudos lingüísticos, uma vez que anterior a ele, estava em voga o estruturalismo, bem mais limitados. A continuidade dos estudos lingüísticos revelou que era possível avançar. Assim, surgiram os estudos da enunciação e, posteriormente, os estudos do discurso.

Mussalim & Bentes (2001) fazem referência à importância de Noam Chomsky em relação aos estudos lingüísticos, ao estabelecerem uma ponte entre o gerativismo e a análise de discurso:

Numa analogia com o postulado de que o sistema de regras é responsável pela geração das sentenças, propõe-se a noção de condições de produção, responsável pela geração dos discursos. Esse conceito de condições de produção é, [...] básico para a AD, [...]. (MUSSALIM & BENTES, 2001, p.116-117)

O que se depreende dessa afirmação é que Noam Chomsky exerceu uma importância ímpar nos estudos lingüísticos, os quais resultaram na Análise de Discurso.

O discurso é bem mais completo que a frase. Ele é um todo que ultrapassa os limites do papel. O discurso ritualiza dizeres, induz a uma resposta; a frase encerra-se nela mesma. Já não era possível, numa sociedade pós-guerra, comunicar-se de forma superficial e limitada.

Em relação à enunciação, Brandão (1998, p.15) faz menção aos estudos de Benveniste para quem o locutor, ao se apropriar da língua, enuncia a partir do lugar social que ele ocupa. Assim, o seu dizer é marcado pelas condições sócio-históricas, que estão a interpelá-lo. Ou seja, os enunciadores não são livres para proclamarem o que quiserem, onde quer que se encontrem da forma como desejam, porque as suas posições de locutores forçam-lhes a controlarem seus dizeres. Tal postura revela o papel do sujeito no processo de enunciação, como também dá ênfase à importância do fator histórico em relação ao linguístico.

Em se tratando do enunciado Foucault (2002, p. 101) afirma que o fato dele ultrapassar o limite da estrutura faz com que o enunciado não tenha a mesma relação que o nome mantém com o que designa ou significa, ou seja, com o seu referente. Essa relação entre nome e referente deve-se à convenção, ao fato de o homem ter atribuído nomes às coisas, pessoas, animais e esses nomes serem recorrentes todas as vezes que queremos fazer menção a tais coisas. Portanto, um vocábulo se constitui, enquanto tal, quando é efetivamente usado pelos falantes. Enquanto isso, o enunciado existe, mesmo quando se descarta a possibilidade de recorrência. Isso não significa afirmar que ele jamais se repita: dois enunciados podem ter as mesmas palavras e, praticamente, os mesmos constituintes, o que os torna idênticos ou repetíveis. Entretanto, cada enunciado é o resultado de um acontecimento único, que é a sua enunciação. Assim, o enunciado repete-se até certo ponto (nível linguístico) e torna-se irrepetível quando se considera seu acontecimento. Na política, certamente, seus agentes também proferem dizeres já ditos, no entanto, aquilo que é repetido não tem o mesmo efeito todas as vezes que reaparece. O impacto do dizer é variável. Depende das circunstâncias, de quem diz e como diz.

Pode-se afirmar com Maingueneau (1996) ao se reportar aos estudos de Benveniste, que o enunciado é o produto e a enunciação é o processo. E os dois são interdependentes, pois o enunciado caracteriza-se enquanto tal, porque existem aspectos fisiológicos fazendo com que ele seja evocado. Existe um contexto material e social, onde ele é produzido, além de motivações psicológicas. Caso contrário, ele seria uma simples frase ou proposição. Por outro lado, a enunciação por si só não existe, sem que haja algo a ser dito ou escrito, ou seja, sem enunciado.

Ao enunciar, o sujeito demonstra vestígios da apropriação da língua. É o caso da tematização e da explicitação do sujeito. O sujeito é designado através de um elemento

gramatical, o pronome pessoal eu, no entanto, nem sempre esse pronome refere-se ao locutor, assim sendo evoca o conhecimento extralinguístico. Nesse caso, coloca-se em discussão a ideia de que nem sempre o sujeito do enunciado coincide com o autor da formulação. Isso é evidente no texto literário, porém, também ocorre em outros tipos de enunciados. Comprovando essa ideia, Foucault (2002) defende:

[...] essa ruptura não está limitada apenas à literatura. É absolutamente geral na medida em que o sujeito do enunciado é uma função determinada, mas não forçosamente a mesma de um enunciado a outro; na medida em que é uma função vazia, podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes, quando chegam a formular o enunciado; e na medida em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, [...] diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos. (FOUCAULT, 2002, p. 107)

Ainda em relação à constituição da Análise do Discurso, a passagem da sentença para o texto e o discurso sedimentou mais uma tendência da Linguística, surgida na França, na década de 1960 - a Análise do Discurso - que nasceu a partir da convergência de áreas do conhecimento bastante diferenciadas - a Linguística, a Psicanálise e o Marxismo. E isso a torna uma abordagem transdisciplinar. A Linguística por si só é limitada e não explica o discurso, quanto à sua constituição e produção de sentido. Quando mencionamos a Linguística, queremos fazer referência ao estruturalismo de vertente saussuriana, para quem a língua era um sistema estruturado, previsível e controlado pelo falante, enquanto a fala não era considerada objeto de estudo por fugir desse controle que se exercia em relação àquela. Enquanto a Linguística limita-se à língua, a AD une o linguístico e o histórico, através do discurso, por isso, esta última é mais abrangente.

## 2.2 As limitações do binômio língua/fala e as possibilidades do discurso

Considerando que a AD concentra-se no discurso e não na dicotomia língua/fala ou apenas na fala; é possível compreender que ela não se apoia na concepção de linguagem como instrumento de comunicação. Se assim o fosse teríamos um círculo de comunicação baseado em elementos já existentes, fixos e imutáveis, constituído de emissor, receptor, código, referente e mensagem. Nesse sentido, a comunicação restringe-se à transmissão de informações, que ocorre conforme fora previsto, sem nenhuma interferência da parte dos sujeitos envolvidos. Enfim, ela funciona a partir do binômio estímulo/resposta, em que tudo

ocorre dentro do previsível. Essa previsibilidade, porém não ocorre com o discurso, pois conforme Orlandi (2002, p. 49), “os sujeitos e os sentidos são afetados pela língua e pela história.” Ser afetado pela língua e pela história é ser diferente dos demais, imprevisível; da mesma forma, os sentidos que esse sujeito atribui aos enunciados não são estáveis. Daí que “o discurso mais do que transmissão de informação é efeito de sentidos entre locutores”. Pêcheux, (1969 apud Orlandi, 2002, p. 21).

Enquanto isso, Foucault (1969, apud Brandão 1998 p. 28) concebe o discurso como uma “dispersão”. Ao assumir essa condição está se afirmando que ele se desloca, é móvel, principalmente com relação ao sentido e a sua constituição. Descrivê-los é possível, desde que se apreendam as “regras de formação”, que possibilitam a determinação dos elementos que os constituem. As regras de formação determinam a que “formação discursiva” pertence o discurso. A partir do momento em que se apreende a formação discursiva, o discurso passa da dispersão para o campo da regularidade. Partindo desse pressuposto é que Brandão (1998, p. 28) traz à tona a definição de discurso formulada por Foucault (1969) “como um conjunto de enunciados que tem seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva”.

Assim, quando os enunciados possuem elementos em comum, considera-se que eles pertencem à mesma formação discursiva, a qual funciona como um controle dos dizeres. Alguém pode sentir-se instado a dizer algo, numa dada circunstância; entretanto, se a sua formação discursiva não permite, ele (a) evita dizê-lo.

### 2.3 Saber, poder e disciplina - a trilogia foucaultiana na construção do discurso

Com base nas ideias de Foucault, Brandão (1998, p. 31) define o discurso como “o espaço em que saber e poder se articulam”, uma vez que quem fala, o faz a partir de um lugar social, de um direito reconhecido institucionalmente. Assim, o que é dito é tido como verdadeiro, logo veicula um saber que gera o poder. Na ótica de Foucault (2004, p. 14), o poder está disseminado em todos os lugares de forma a atingir a tudo e a todos. Nesse caso, se ele é comum aos seres em geral, existem os dominadores e os dominados, ou seja, qualquer pessoa pode, em algum momento da vida, vir a exercê-lo. O poder não tem começo, nem fim. Também não está ancorado num grupo, por isso é móvel. Tal mobilidade faz com que o poder seja exercido e não controlado. Ao invés de existir o poder, existem relações de poder. A respeito do que é o poder e suas implicações, Machado (2004, apud Foucault, 2004) afirma:

[...] O poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existem de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente, [...] o poder não existe, existem sim práticas ou relações de poder. [...] é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. (MACHADO, 2004, p. 14 apud FOUCAULT, 2004)

No caso específico do discurso político, a crença que a maioria da população tem é a de que o poder é uma realidade e está centrado nas mãos dos políticos. Não se enxerga o poder como relações de poder as quais são suscetíveis de mudança, em vez da perpetuação ou antigas práticas coronelistas. Como consequência dessa falta de esclarecimento, temos os grupos ou famílias assumindo funções públicas em municípios ou estados ao longo de gerações.

Apesar desse comodismo, o poder implica em resistência, pois ninguém almeja ser dominado. Ainda que o ser humano não consiga inverter a situação de dominação. Em algum lugar, há alguém que se manifesta resistindo às relações de poder. Da mesma forma é o poder: suscita dominação, como também resistência. Por isso, Machado (2004, apud Foucault, 2004), confessa:

Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria sede de poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar [...]. Onde há poder, não existe propriamente o lugar da resistência, mas pontos móveis e transitórios [...]. Ele é luta, afrontamento, relação de força [...]. E não é uma relação unívoca, unilateral. Nessa disputa ou se ganha ou se perde. (MACHADO, 2004, p. 14 apud FOUCAULT, 2004)

Isso é perceptível quando a sociedade se organiza em forma de paralisações, greves, *impeachment* ou revoluções. Ou seja, é o dominado resistindo a um “poder” supostamente unilateral. A própria história tem revelado que a mudança é resultado de mobilizações.

Nessa perspectiva, poder é relação de forças, isto é, uma dimensão constitutiva de qualquer relação social ou discursiva. Os parceiros, nesse jogo, estão em constante movimento de equilíbrio dessas forças. Tanto que o lugar da resistência exerce pressão sempre móvel sobre o lugar do domínio.

Quando a maioria da população desenvolve um considerável nível de criticidade, conseqüentemente, ela detém o saber, automaticamente passa a exercer o poder. Obviamente que para atingir esse estágio não seriam necessário revoluções, mas organização, participação efetiva na vida comunitária. Paralelamente, quem está em posição de saber legitimado tem

mais chance de ser ouvido, tem mais credibilidade e oportunidade para disseminar o saber de que é possuidor. Concernente às relações de poder/saber, Foucault (2004, p. 21) comenta: “[...] saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber. Constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação do saber”.

E esse saber não se relaciona apenas com o poder, mas com a política, com as condições sócio-econômicas e culturais, visto que o saber produzido parte de um sujeito que vive em sociedade, faz escolhas, atua e age. Todavia, esse agir sobre o poder está condicionado a fatores da natureza econômica, a exemplo das pesquisas científicas que necessitam de financiamento. Também está condicionado à questão ética, aos valores defendidos pelo possuidor de tal saber. Independente de qual seja o saber produzido, positivo ou negativo, ele será manipulado sob a forma de poder, a fim de beneficiar esta(s) ou aquela(s) pessoa(s). Quando uma empresa, instituição, entidade ou agente político decide apoiar determinado projeto ou pesquisa, está revelando que tipo de saber é a favor ou contra. O apoio por si só é uma decisão política, que afeta positiva ou negativamente a vida de outros sujeitos. Assim ao opinar sobre a relação saber/política. Machado (2004, apud Foucault 2004) defende:

Todo conhecimento [...] só pode existir a partir de condições políticas que se formem tanto o sujeito quanto o domínio do saber [...]. Todo o saber é político. E isso não porque cai nas malhas do Estado [...] mas porque todo o saber tem sua gênese em relações de poder. (MACHADO, 2004, p. 21 apud FOUCAULT, 2004)

Quem possui o saber, tem-lhe assegurado o poder e quem exerce este, está mais próximo daquele. Com isso, percebe-se o porquê de se valorizar o saber, quando cada vez mais são criadas as especialidades relativas às diversas áreas do conhecimento. E aumentam as exigências em relação ao mundo do trabalho. Quem tem a prática, porém não tem o “canudo”, não está legitimado para assumir sua função, pois a condição para chegar ao poder é possuir o saber institucionalizado pela sociedade. Em síntese, as relações de saber/poder que se manifestam em nossa sociedade são veiculadas através do discurso.

#### 2.4 Os rituais e as estratégias inerentes à constituição e à veiculação do discurso

Conforme Foucault (2004), a produção e a veiculação do discurso não advêm de qualquer sujeito, **senão de uma instituição reconhecida socialmente**. Logo, não é qualquer



sujeito que está autorizado a falar o que quiser. Nesse caso, o mais provável é que seu discurso não seja ouvido ou considerado loucura. De fato, os discursos autorizados a circular são aqueles que as instituições elegeram como tais. São discursos ritualizados cuja aparição se dá através de rituais, os quais o sujeito deve realizar. Quanto ao poder desse discurso, não advém exatamente dele, mas da instituição que o sujeito representa. Como se percebe, o sujeito não é o criador daquilo que profere, apenas representa o discurso. Por sua vez, a sociedade controla a produção de discurso, de modo que se diminuam as divergências, concentrando o público numa única direção. Ou seja, fazendo com que as pessoas apoiem o discurso, sem que fiquem revoltadas. Esse controle é exercido através de vários procedimentos. A respeito dos quais, Foucault (2004) afirma:

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2004, p. 8-9)

Com base nesses procedimentos, a sociedade controla o discurso dos sujeitos. Através da *interdição*, a sociedade precisa o que o sujeito deve dizer, a quem dizer, como e em que circunstância fazê-lo. Nesse caso, há assuntos que podem ser ditos; outros terminantemente proibidos, sem que haja uma explicação plausível para tal proibição. Se um discurso é proibido, certamente existe nele algo temível. Foucault (2004, p. 10) confessa que o discurso está relacionado ao poder e ao desejo. Daí, o interesse em saber não reside exatamente naquilo que o discurso manifesta ou oculta, mas naquilo que designa o objeto de desejo. E confirma: “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar.” Foucault (2004, p. 10).

Ainda discorrendo sobre o discurso, Foucault (2004, p. 15) chama a atenção para a separação entre o discurso verdadeiro e o discurso falso. O discurso verdadeiro era proferido “por quem de direito e conforme o ritual exigido”. A ênfase, nesse caso, estava na pessoa que proferia o discurso: o rei, o papa e no que esse discurso era/fazia. Posteriormente, passou-se a dar atenção àquilo que o discurso dizia. Esse deslocamento revela-se em solenidades oficiais quando há quebra de protocolo, a fim de dar ênfase a algo que não seria proferido, caso o ritual fosse rigorosamente cumprido.

Muitas vezes, aquilo que o sujeito diz é uma verdade, entretanto, por infringir as expectativas da instituição a que pertence, seu dizer é menosprezado, porque a verdade não é o bastante. O que importa é estar “no verdadeiro”. E essa concepção advém da instituição e não do sujeito. A fim de dizer algo, o sujeito necessita cumprir o ritual exigido pela ocasião. Não basta dizer. É preciso saber como fazê-lo. Segundo Foucault (2004, p. 39), o ritual “define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia [...] das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem os limites de seu valor de coerção”.

Por outro lado, estar “no verdadeiro” não representa a verdade em toda a sua extensão, ao mesmo tempo em que não é de todo mentira, logo, diz respeito à verossimilhança. É comum a instituição prevê quais comportamentos ou atitudes o sujeito tende a seguir; entretanto, podem ocorrer distanciamentos. O fato de existirem tais deslizamentos por outras formações discursivas não significa que o seu discurso seja falso, mas pode indicar a intenção de obter do destinatário um efeito de sentido.

Finalmente, o que se percebe, com base nos procedimentos aqui expostos, é que o discurso une, separa, inclui, exclui, educa ou torna rebelde o indivíduo. A eficácia dos procedimentos está justamente em eliminar todas as ameaças em relação ao objeto de desejo e poder presentes no discurso.

## 2.5 O papel da ideologia na (in) eficácia do discurso

A partir do momento em que a Linguística se deteve a estudar o discurso, ela também passou a estudar a ideologia, como parte constitutiva daquele. Assim, através do discurso, pode-se deprender que ideologia ela defende ou se manifesta contrária.

De acordo com Althusser (1970 apud Mussalim, 2001, p. 103), “as ideologias têm existência material, ou seja, devem ser estudadas não como ideias, mas como um conjunto de práticas materiais que reproduzem as relações de produção”. Portanto é a linguagem e por extensão, o discurso que conferem materialidade à ideologia, tornando-a perceptível.

Fazendo uma releitura do materialismo histórico marxista, Althusser (1970 apud Mussalim & Bentes, 2001, p. 104) concorda com a metáfora do “edifício social” em que a ideia da infra-estrutura determina a superestrutura. Com isso, ele quis afirmar que o fator econômico direciona o funcionamento das instâncias político-jurídicas e ideológicas. A posse de bens materiais garante o domínio do poder em relação a outras pessoas, no que concerne à política, à língua, à cultura, à moda, enfim, é um poder extensivo a todos os aspectos da

sociedade. É uma forma de o dominante castrar a identidade dos dominados, desvirtuando-os. Da mesma forma que o fator econômico determina a ideologia, esta também consolida a base econômica que a sustenta. E para manter a supremacia, o dominante age utilizando-se de atitudes repressoras e violentas. A fim de corroborar com essa ideia, pode-se concordar com Althusser (1970, apud Mussalim & Bentes, 2001) quando faz menção a respeito do conceito de “aparelhos ideológicos”, afirmando que:

[...] o que tradicionalmente se chama de Estado é um aparelho repressivo de Estado, que funciona “pela violência” e cuja ação é complementada pela escola, pela religião, que funcionam pela ideologia e são denominados aparelhos ideológicos de Estado. Pela maneira como se estruturam e agem esses aparelhos ideológicos e que se pode depreender como funciona a ideologia. (ALTHUSSER, 1970, apud MUSSALIM & BENTES 2001, p. 14)

Estabelecendo uma diferença entre a Linguística e as ideias de Althusser, percebe-se que há uma estreita relação entre elas, pois é a linguagem que corporifica a ideologia, uma vez que esta perde sua eficácia, caso não seja propagada. E isso só é possível graças à linguagem. Todavia a ideologia inexiste por si mesma, visto que se depreendem as ideias de um sujeito a partir de seus atos, ou seja, estes correspondem àquelas.

Partindo dessa correlação, Althusser (1970) defende que as ideias deixam de existir no âmbito espiritual e passam a existir materialmente, manifestando-se nos Aparelhos Ideológicos de Estado e, mais especificamente, nas atitudes do sujeito. Ao mesmo tempo em que a ideologia se materializa nos atos concretos, estes são moldados por aquela. Por isso Althusser (1970, apud Brandão, 1998, p. 23) chega a afirmar “que a prática só existe numa ideologia e através de uma ideologia”.

Ainda, conforme Brandão (1998, p. 23), “a função da ideologia é constituir os indivíduos concretos em sujeitos.” Não é o indivíduo que pensa ou age apenas em benefício próprio, mas é o ser que realiza tais ações em nome de uma instituição. Logo, ele não é ele mesmo, perde a individualidade, tornando-se semelhante aos demais através da interpelação.

Uma ideologia tende a se perpetuar quando o grupo faz algo para propagá-la. Daí, Ricouer (1977, apud Brandão, 1998, p. 24) defende que a vitalidade do ato fundador, deve ser mantida e levada adiante do período de efervescência. Essa perpetuação depende da forma como se propaga a ideologia. Daí ela é simplificadora e esquemática, pois sistematiza através de mensagens curtas e resumidas, porém fortes a exemplo das máximas, ditados populares, *slogans* e provérbios. Portanto, o poder da mensagem está no efeito que as palavras podem provocar, no receptor da mesma. Esses recursos por apresentarem mensagens atemporais e

generalizadas torna a ideologia globalizante. Ela não existe para o grupo, mas para o conjunto. Por ser ampla a ideologia evita que o sujeito pense ou reflita sobre ela, mas pense a partir dela. Logo, afirma-se que ela é operante e não temática; ela resulta em ação e não em reflexão. Apesar desses traços a ideologia não se baseia apenas no tradicional. Embora se apoiando numa base estável, a ideologia acrescenta a esta, inovações. Contudo, é prudente em admitir inovações porque o “novo”, provoca resistência e divergência, e adotá-lo com exclusividade pode representar um perigo. Com relação a isso, Brandão (1998) afirma:

[...] ideologia é conservação e resistência às modificações. O novo põe em perigo as bases estabelecidas pela ideologia. Ele representa um perigo ao grupo cujos membros devem se reconhecer e reencontrar na comunhão das mesmas idéias e práticas sociais. (BRANDÃO, 1998, p. 25)

É comum existirem divergências, discordâncias quando se tem uma ideia, hábito ou projeto novo. O novo assusta, provoca receio nos conservadores até que se adapte à nova realidade. Também pode ocorrer de alguns membros se adaptarem mais rapidamente ao novo; enquanto outros permanecerem incrédulos, por algum tempo, às modificações.

## 2.6 A identidade do eu depende do outro

Além do estruturalismo e do materialismo histórico, outra abordagem que constitui a AD é a psicanálise lacaniana. Ela é baseada nos escritos de Freud e se detém sobre os conceitos de consciente, inconsciente, sujeito centro e critério do lugar vazio. Conforme Lacan (apud Mussalim & Bentes 2001, p. 107) o inconsciente é o conceito base da psicanálise, pois ao falar, o sujeito acredita que está sendo ele mesmo e seu discurso é original, porém aquilo que ele enuncia nada mais é que um reflexo do seu discurso somado a outros discursos localizados no inconsciente. Esses outros discursos provêm de direções variadas. É o discurso do pai, da família, da escola, da religião, do sindicato, etc., que fundem numa única ideia, emergem e fazem vir à tona o sujeito. Esses discursos constituem o Outro (com O maiúsculo). Quando o sujeito acredita ser o protagonista daquilo que fala, está nada mais que vivendo a ilusão do sujeito centro, pois se os discursos provêm do inconsciente, região cerebral inacessível, conseqüentemente, ele não tem domínio sobre si mesmo, em se tratando de linguagem. Portanto, o sujeito é visto como uma representação, já que com base no discurso do Outro, ele se define e ganha identidade. A presença do Outro é uma presença

dominante, visto que representa discursos que é anterior e exterior ao sujeito, existem antes dele e fora dele.

De forma que o sujeito não está no consciente onde é procurado, mas no inconsciente, onde não se tem acesso, e aonde ele não se encontra. Daí se dizer que o sujeito é descentrado, como também clivado por estar dividido entre o consciente e o inconsciente. Assim, de acordo com Mussalim & Bentes (2001, p. 109), o sujeito não é nada mais “que um significante do Outro”. Em outras palavras, o sujeito é um ser dependente do Outro para se constituir enquanto tal.

Como se vê, Lacan estabelece o conceito de sujeito a partir da relação que este mantém com o inconsciente e com o Outro, através da linguagem. E a linguagem é a força motriz dessa relação. Ainda sobre o sujeito, Mussalim & Bentes, (2001) confessa:

O sujeito por definir-se através da palavra do Outro, nada mais é que um significante do Outro. Mas por ser um sujeito clivado, dividido entre o consciente e o inconsciente inscreve-se na estrutura caracteristicamente definida por relações binárias entre seus elementos, como uma descontinuidade, pois emerge no intervalo existente entre dois significantes, emerge sob as palavras, sob o discurso. (MUSSALIM & BENTES, 2001, p. 109)

Retomando a ideia de sujeito descentrado, ele é um sujeito essencialmente histórico, visto que enuncia a partir de um lugar social e de um tempo. A noção de sujeito determinado pela história alia-se à noção de sujeito ideológico. Este não enuncia qualquer coisa, mas apenas aquilo que melhor lhe convém na ocasião, ou seja, o sujeito ajusta o seu dizer ao dizer do outro. Consequentemente, o sujeito é um indivíduo assujeitado e jamais senhor do seu dizer. Daí a ideia de sujeito centro ser uma ilusão. Ao mesmo tempo em que ele é assujeitado ao seu destinatário, também o é em relação a discursos já existentes ou historicamente constituídos.

Baseando-se na ilusão discursiva do sujeito, pode-se afirmar com Brandão (1998, p. 53) que ao produzir ou ler um texto, o sujeito está diante de enunciados que não estão isolados, uma vez que normalmente, existem discursos com os quais ele pode dialogar, visto que não estão acabados, mas sujeitos ao contra-discurso. De modo que “a constituição do discurso se dá na atmosfera do “já-dito” e é regulado pela possível réplica do nosso alocutório”. Em decorrência disso, Bahktin (1975, p. 103 apud Brandão 1998, p. 53) afirma que falamos basicamente aquilo que desejamos saber como resposta do que dissemos, daí

solicitamos e prevemos o que o outro deveria dizer e, ao mesmo tempo, solicitamos e prevemos o que não foi dito. Concernente a esse contra-discurso, Brandão (1998, p. 53) reforça: “Ao enunciar o locutor instaura um diálogo com o discurso do receptor na medida em que o concebe não como mero decodificador, mas como um elemento ativo atribuindo-lhe a imagem de um contra-discurso”.

O discurso caracteriza-se pela sua natureza dialógica. Ele não é uma via de mão única, visto que seus sentidos não são rigorosamente previsíveis, nem são únicos. Dada essa possibilidade que têm os discursos de significarem, diz-se que eles são heterogêneos. Entretanto, os discursos são, de certa forma, controlados, sendo os sentidos deles demarcados pela formação ideológica que os governa. De modo que, o sujeito não enuncia tudo o que lhe vem à mente, pois ele está inserido numa classe social, pertence a uma instituição (família, escola, sindicato, igreja, etc) e, automaticamente, é assujeitado à formação discursiva e ideológica. Logo, o seu “dizer” será considerado legalizado se estiver em sintonia com os sentidos admitidos por esse tipo de formação no interior do espaço interdiscursivo. Na realidade, existe um encadeamento: os sentidos que o sujeito atribui podem ser múltiplos e, ao mesmo tempo, já demarcados. Múltiplos porque a formação discursiva o permite e demarcados porque esta é controlada pela formação ideológica. Então, para a Análise do Discurso, o que é preponderante não é o sujeito em si, mas o lugar ideológico que ele ocupa. Concernente à relação entre a formação discursiva e ideológica, Mussalim & Bentes, (2001) explicita:

Uma formação discursiva, apesar de heterogênea, sofre as coerções da formação ideológica em que está inserida. Sendo assim, as seqüências lingüísticas possíveis de serem enunciadas por um sujeito já estão previstos, porque o espaço interdiscursivo se caracteriza pela defasagem entre uma e outra formação discursiva. (MUSSALIM & BENTES, 200, p. 131)

O que se pode depreender é que os sentidos são previamente demarcados. Eles não podem ser qualquer um. Contudo, eles só existem a partir da constituição do discurso. Logo, não há sentido exterior ao discurso. Ele é construído à medida que se lê e se procede às relações necessárias a sua construção, a exemplo da utilização dos conhecimentos prévios e de mundo, conhecimento do gênero textual, do contexto e da língua, além de estratégias de leitura e do acionamento das possibilidades permitidas pela formação ideológica. Pêcheux (1975, apud Brandão 1998) esclarece:

O sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe em si mesmo, [...], mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras, expressões, proposições são produzidas [...]. (PECHEUX, 1975, p. 144 apud BRANDÃO 1998, p. 62)

O sujeito pode até ter um entendimento a respeito de um assunto/ideia específicos, entretanto, o seu enquadramento numa formação ideológica, determina que ideias ele deve defender, como deve agir. A fim de sintetizar o que é o sentido na AD, Mussalim & Bentes (2001, p. 132) afirma: “o sentido não é único, já que se dá num espaço de heterogeneidade, mas é necessariamente demarcado”.

Levando em conta a Análise do Discurso, percebe-se que os discursos são múltiplos. Sempre há diferenças entre um e outro. Contudo, ao mesmo tempo, em que eles são únicos, também são semelhantes. Assim, o reconhecimento da especificidade de um discurso só é possível quando se coloca o discurso em questão em relação com outros discursos. Esse espaço de intersecção é denominado interdiscurso.

Aquilo que supomos ser uma inovação, certamente, existe ou já existiu em algum lugar, momento ou circunstância. Logo, a suposta inovação não ultrapassa o nível do já-dito, do pré-construído. Provavelmente, deva existir algo novo no que dizemos, principalmente, na forma como esse discurso reaparece. Foucault (2004) intitula esse reaparecimento de noção de comentário.

Seguindo Orlandi (2002, p. 31), o interdiscurso: “É o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”.

Todavia, Orlandi (2006, p. 21) expõe uma particularidade da memória discursiva afirmando que “ao enunciarmos ocorre uma estratificação de formulações já feitas que preside nossa formulação e formam o eixo de constituição do nosso dizer. Mas são formulações já feitas e esquecidas”. Nesse sentido, quando evocamos uma palavra, certamente, outras pessoas a mencionaram antes, em circunstâncias as mais variadas possíveis, o que resultou em significações diferentes. Talvez, nós mesmos fizemos menção a essa palavra e não temos lembrança do que ela significou naquela ocasião. Daí, na concepção de Orlandi (2002, p. 22), essa palavra “significa não apenas o que temos intenção de dizer, mas também pela memória de que ela está impregnada e que desconhecemos”.

Nesse caso, o conhecimento do dizer inicial contribui para reatualização da memória discursiva. Não é possível, compreender com facilidade o que a Presidenta Dilma Rousseff

comunica em seu discurso, se você desconhece sua historicidade e não tem informação alguma a respeito dela.

## 2.7 Formações imaginárias - de que forma se materializam no discurso

Na concepção de Orlandi (2002, p. 39), não há discurso isolado, que não se relacione com outros discursos. “Os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros.” Nesse sentido, não há discurso com duração pré-estabelecida, visto que ele pode se relacionar com dizeres realizados, imaginados ou possíveis. Se o sentido a ser atribuído ao discurso pressupõe relações com os discursos anteriores ou previstos, isto evidencia que os falantes estão aptos a manipularem as palavras, no intuito de fazê-las ter um sentido e não outro. A esse mecanismo dá-se o nome de antecipação. Relativo a ele, Orlandi (2002, p. 39) explicita: “[...] todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que seu interlocutor “ouve” suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem”.

O mecanismo de antecipação funciona como uma autodefesa, pois o sujeito deseja assegurar que as palavras adquiram o efeito de sentido que melhor lhe favoreça. No entanto, a antecipação não se manifesta de uma maneira uniforme, visto que dependendo de quem seja o interlocutor, o falante utilizar-se-á desse artifício de modo diverso. Logo, o interlocutor é a peça fundamental desse jogo. Essa preocupação a que o falante está sujeito revela outra questão - a relação de forças existentes entre os falantes. Cada posição ocupada requer um dizer específico que, nas entrelinhas, revela relações movidas pelo poder. Logo, há dizeres que valem mais que outros, contudo, de um modo geral, todos passam pelo crivo das formações imaginárias. Nesse jogo imaginário, está envolvida a imagem do sujeito locutor, a imagem do interlocutor e do objeto do discurso. Esse jogo inclui ainda: “[...] a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso.” Orlandi (2002, p. 40).

Na verdade, o que constitui as diferentes posições são as imagens. Um sujeito pode enunciar de várias posições e, a cada uma, o interlocutor evocar imagens diferentes a respeito dele. Não importa quem fala, mas a posição discursiva defendida, que faz com que seu dizer signifique de um modo determinado. A respeito disso, Orlandi, (2002) reforça:



[...] É preciso referir o sentido às suas condições de produção, estabelecer as relações que ele mantém com sua memória e também remetê-lo a uma formação discursiva [...] para compreendermos o processo discursivo [...]. Os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas. (ORLANDI, 2002, p. 42)

Muitas vezes, não se compreende a mudança de posicionamento de determinada pessoa ao assumir algumas funções/cargos. Contudo, essa mudança é previsível na Análise do Discurso, uma vez que o sujeito fala a partir do lugar que ele está ocupando no presente. Os discursos do sindicalista e do prefeito são diferentes, mesmo proferidos pelo mesmo sujeito. A cada posição ocupada socialmente, o sujeito vai enunciar aquilo que a formação discursiva e a formação ideológica permitem-no.

## 2.8 Sujeito - entre a liberdade e o assujeitamento

Ainda conforme Brandão (1998, p. 64) através da “interpelação ideológica”, o sujeito, pressupondo ser livre, é levado a ocupar um lugar nos grupos ou classe de uma dada formação social. As instituições tratam de reproduzir e manter as relações entre as classes. Relações essas que num momento ou noutro podem se confrontar, fazer alianças ou dominar. Para Brandão (1998, p. 38) esse conceito envolve “um conjunto complexo de atitudes e de representações,” é denominada de formação ideológica. Por sua vez, é a formação ideológica que governa as formações discursivas, pois ao fazer parte de uma formação social, o sujeito profere aquilo que sua formação admite, não sendo “livre” para veicular outras informações. Daí Orlandi (2002, p. 43) defini-la como: “[...] aquilo que numa formação ideológica dada [...] determina o que pode e deve ser dito.”

Nessa perspectiva, Pêcheux (1975 apud Orlandi 2002, p. 44) assegura que os sentidos das palavras não estão nelas mesmas, nem depende apenas da língua. O sentido literal não é exclusividade, visto que ele é substituído por outro sentido. Essa transferência e/ou substituição resulta na metáfora. Consequentemente, a formação discursiva é um lugar mais ou menos provisório. Daí se justifica o fato de uma mesma palavra assumir significações diferentes dependendo de quem a emprega.

## 2.9 Condições de produção

As condições de produção incluem os sujeitos, o interdiscurso, a memória discursiva, a situação e a dupla ilusão do sujeito. Com relação ao sujeito, conforme já expusemos, neste trabalho, é um ser dividido entre o consciente e o inconsciente e vive a movimentar-se entre esses dois pólos. O sujeito toma ciência de que não é possível optar por apenas um desses pólos. Essa condição instável também o leva a concluir que ele não é senhor do seu dizer. O eu perde a centralidade, por isso se diz que o sujeito é descentrado. Contudo, o sujeito não é necessariamente assujeitado. Há momentos em que suas atitudes evidenciam a condição de liberdade, a exemplo de quando ele, tendo consciência da formação social na qual seu grupo se insere, rebela-se ao defender discursos não permitidos pelo grupo. Ou ainda, quando através da antecipação e do jogo de imagens, o sujeito vislumbra o lugar onde o interlocutor está e o que ele gostaria de ouvir.

Isso é possível porque o sujeito fala a partir da posição que ele ocupa e das projeções que faz ao enunciar. Daí ele deixa de ser apenas humano e passa a ser representação dos lugares que ocupa na estrutura de uma formação social. De acordo com Brandão, (1998):

[...] No discurso, as relações entre esses lugares [...], acham-se representadas por uma série de “formações imaginárias” que designam o lugar que destinador e destinatário atribuem a si mesmo e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. [...], em todo processo discursivo, o emissor pode antecipar as representações do receptor e, de acordo com essa ante-visão do “imaginário” do outro, fundar estratégias de discurso. (BRANDÃO, 1998, p. 36)

Antes de prosseguir com as formações imaginárias, faremos menção a outro constituinte das condições de produção - a situação. É o contexto imediato em que ocorre a enunciação: o lugar, o tempo, os sujeitos, os enunciados. Também faz parte da situação, o contexto sócio-histórico, ideológico. A partir deste, pode-se antever como a língua e a história se articulam através do discurso, tornando-o portador de sentidos, como funcionam as relações de saber/poder nas instituições de que o sujeito participa. Ou seja, a situação envolve o momento da enunciação e as possíveis relações desta com épocas anteriores.

Ao se reportar sobre as condições de produção, mais precisamente sobre as formações imaginárias, Osakabe (2002, p. 53) afirma concordar com Pêcheux quando ele substituiu a palavra mensagem pela palavra discurso, visto que aquela não abarca o “efeito de discurso” (Pêcheux 1969, p. 17), nem a relação de intersubjetividade, todavia, o autor confessa

discordar de Pêcheux com relação aos termos destinador e destinatário por se definirem “como representantes de um lugar em uma formação social”. Osakabe ressalta o acréscimo feito por Pêcheux (1969/1990) ao quadro de questões que formulara anteriormente. Desta feita incluindo questões relativas aos pontos de vista de A e de B sobre o referente. Nesse caso, não se quer saber qual é a imagem que A e B fazem de si e do outro, mas “o que A pretende falando de uma forma e de não de outra”. Em síntese, Osakabe é favorável à inclusão dos atos de linguagem: perlocucionários e ilocucionários, nas condições de produção. Os atos de linguagem sugerem a seguinte questão: Que pretendo do ouvinte para lhe falar dessa forma? Os atos perlocucionários correspondem aos efeitos que o dizer comunica ao destinatário, a exemplo de convencer, persuadir. Por sua vez, os atos ilocucionários correspondem às ações contidas no dizer. A respeito das questões formuladas pelos interlocutores, reproduzimos o quadro formulado por Pêcheux (1969/1990, apud Mussalim & Bentes, 2001, p. 136).

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A $\left\{ \begin{array}{l} I_A(A) \\ I_A(B) \end{array} \right.$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B $\left\{ \begin{array}{l} I_B(B) \\ I_B(A) \end{array} \right.$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”
A $I_A(R)$	“Ponto de vista” de A sobre B	“De que lhe falo assim?”
B $I_B(R)$	“Ponto de vista” de B sobre R	“De que ele me fala assim?”

Fonte: Pêcheux. 1969/1990.

Uma interação pressupõe enunciadore: destinador e destinatário, não exatamente seres que assumem papéis fixos, mas que se revezam nessa função. Com exceção do monólogo, as demais formas de interação sempre requerem a presença de mais de uma pessoa. À medida que ocorre a interação, percebe-se a maior ou menor participação do locutor

e do ouvinte. Se o locutor está com a palavra, logo se supõe que ele seja o agenciador do discurso. Relativo disso, Osakabe (2002, p. 59) afirma o seguinte: “Se num primeiro nível de análise é o locutor que se coloca em evidência, num nível mais profundo, é possível observar que o ouvinte é um agente indireto do discurso na medida em que é nele que se justifica o próprio discurso”.

O tipo de ação a ser definido depende dos resultados que se quer imprimir no ouvinte. Assim um enunciado contendo o verbo pedir repercute diferente de um enunciado que contém o verbo mandar. Os resultados não são os mesmos nos dois enunciados, pois a significação de cada um mobiliza a ação a ser empreendida. Por outro lado, Osakabe (2002, p. 59-60) afirma que nenhum discurso por si só revela o tipo de ação a ser realizada (convencer, esclarecer, etc), “sem que se levem em conta as características fundamentais da situação e das relações entre os interlocutores”. Nesse sentido, pode-se afirmar que não é possível precisar o ato-fim de um discurso, antes de sua enunciação. Sem contar que, num discurso não há um único ato de linguagem, senão inúmeros deles. O que ocorre é que o discurso seleciona o ato que o caracteriza, ou seja, o ato que domina em relação aos demais.

Osakabe (2002) chama a atenção para a necessidade de um discurso simples e compreensível. A partir da reação do ouvinte, é possível o locutor reformular, reelaborá-lo. Lembrando Pêcheux, Osakabe, (2002) reafirma:

[...] o locutor para produzir um discurso, tem como base um conjunto de imagens, que são interpretadas [...] como significações, que ele pressupõe existirem no locutor, bem como tem como base outro conjunto de imagens ou significações que pressupõe que o locutor pressuponha existirem nele. (OSAKABE, 2002, p. 69)

Dentre as imagens formuladas pelo locutor em relação ao ouvinte, está a imagem da dominação. Enquanto enuncia, o locutor tem a posse da palavra e esse poder lhe permite manipular as coordenadas de um discurso, de maneira a dar o formato que ele desejar, uma vez que, do ponto de vista funcional, o ouvinte é um simples espectador, porém não o é “do ponto de vista do fornecimento de um ponto de partida necessário ao desenvolvimento do discurso” Osakabe (2002, p. 71). A priori, o ouvinte é um ser inerte, contudo não permanece nessa situação durante toda a enunciação, pois ele também formula uma imagem do locutor. No caso do discurso político, a imagem que o ouvinte formula do locutor não se relaciona com a pessoa do político, em si, mas com a função política ou função pública que ele assume ou se propõe a fazê-lo. Nesse sentido, a fim de que o locutor satisfaça à(s) imagem (ns) do ouvinte, faz-se necessário ao locutor tentar apreendê-las e não apenas isso; mas ajustar-se a elas. A respeito disso, Osakabe (2002) sugere:

[...] parece que a melhor forma de se saber qual a imagem que o locutor pensa que o ouvinte faz dele é a de tentar saber a quais imagens enquanto candidato, o locutor insiste em atender. (...) é na insistência em atender a essa imagem que se pode explicitar essa própria imagem. (OSAKABE, 2002, p. 82)

Portanto, as relações discursivas entre os sujeitos estão permeadas pelas formações imaginárias. Essa formulação é automática, à medida que enunciamos.

### 3 DISCURSO POLÍTICO - NATUREZA, ESTRATÉGIAS E FINALIDADES

#### 3.1 Discurso e política - aproximações e distanciamentos

Para muitos integrantes da sociedade civil, falar em discurso é fazer menção ao discurso político, portanto, a um discurso que provém da autoridade. Entretanto, sabe-se que todo falante produz discursos, os quais dependendo das intenções e situações de ocorrência adquirem natureza diferente, tornando-se específicos. Assim, o discurso político se diferencia do discurso religioso, científico e demais discursos.

Talvez, a dependência do povo em relação aos políticos tenha corroborado com a crença de que o discurso político é restrito ao domínio político e que qualquer necessidade popular tem de ser solucionada somente pelos políticos. Ou seja, durante décadas, o povo foi subserviente aos coronéis, pois não tinha atentado para a possibilidade de ser protagonista de sua história.

Na prática, é mais fácil depararmos com eleitores que creditam seus votos no candidato que investe no *marketing* do que naquele que defende idéias mais coerentes e sensatas, ou seja, as pessoas são imediatistas e valorizam bastante o aspecto exterior. Há casos em que a escolha popular recai sobre os candidatos jovens, com boa aparência. A jovialidade se constitui num critério para a escolha de um político. Ser jovem é ser capaz de administrar bem.

Conforme mencionamos, o discurso está associado à política, porém um discurso aparentemente político pode efetivamente não ter intenções políticas. De modo diverso, um discurso supostamente ingênuo pode configurar-se num ato político, desde que a situação o autorize. Com isso, percebe-se a mobilidade existente entre os termos discurso e política. A respeito disso, Charaudeau (2006, p. 40) afirma que: “Não é, portanto, o discurso que é político, mas a situação de comunicação que assim o torna. Não é o conteúdo do discurso que assim o faz, mas é a situação que o politiza.” De forma que o discurso político não provém necessariamente da autoridade política. O discurso político como sistema de pensamento diz respeito aos ideais políticos de cada partido, e que se constituem na identidade deste e o diferencia de outros partidos. Logo, pertencer a um determinado partido é estar apto/disposto a ser fiel às ideias dele, embora pessoalmente o filiado discorde delas em alguns momentos. Essa fidelidade é uma atitude potencial, uma vez que ela deve existir, porém, nem sempre é vivenciada pelos integrantes dos partidos, pois, na maioria das vezes, os interesses pessoais superam o compromisso com o partido. Daí ocorrerem as trocas constantes de partidos.

Aliás, a política tem demonstrado que a filiação não é levada a sério. Muitas vezes, o que importa é a quantidade de pessoas filiadas ao partido, em vez do tipo de membros pertencentes a ele. Assim, há filiados que desconhecem a história e os ideais de sua agremiação partidária. De modo que o partido acolhe a todos, sem estabelecer critérios mais rigorosos.

Enquanto isso, o discurso político como ato de comunicação diz respeito aos atores que participam da cena política, cujo desafio é conquistar o público, adquirindo sua confiança. Essa intenção efetiva-se em eventos como: comícios, passeatas, visitas, aparição nos meios de comunicação de massa.

Finalmente temos outro lugar de fabricação do discurso político – o discurso como comentário. Este discurso não evoca a ação em si, mas uma opinião, vinda do cidadão comum ou de um jornalista que comenta a conjuntura política. Ao caracterizar o discurso como comentário, Charaudeau (2006) defende a ideia de que:

Ele pode ser revelador da opinião do sujeito que comenta, mas sem que se saiba necessariamente qual é seu grau de engajamento em relação àquela. É o que explica porque muitas discussões podem descambar para outra coisa, parar ou azedar os humores que se consiga fixar uma opinião ou tomar uma posição. (CHARAUDEAU, 2002, p. 41)

De forma que, o discurso político apresenta restrições que devem ser respeitadas pelos sujeitos. Nesse momento, efetiva-se um contrato de comunicação política entre os sujeitos enunciadorees. Daí, Bourdieu (apud Charaudeau 2006, p. 52) afirma que, “todo discurso se constrói na intersecção entre um campo de ação, lugar de trocas simbólicas, organizado segundo relações de força, e um campo de enunciação, lugar dos mecanismos de encenação da linguagem”.

As relações de força definem a existência de instâncias tais seja: instância política, adversária, cidadã e midiática. Na instância política os atores têm o poder de decidir, agir e manipular. É o político quem vota, vota contra ou a favor de um projeto a ser executado na sociedade; como também é ele que controla a maneira de pensar de um povo, através de argumentos verídicos ou não. Por outro lado, a instância política não pode agir explicitamente, no que se refere à intenção de ocupar um cargo, uma vez que essa instância depende da adesão e apoio da instância cidadã. Logo, a instância política propõe programas políticos quando se trata de candidatar-se aos sufrágios eleitorais, justifica a viabilidade de suas propostas, critica as ideias dos adversários e convoca a população a prestar-lhe apoio.

Enfim, embora a instância política seja o lugar da governança, esse poder não é imediatamente concedido a essa instância, pois a instância política precisa convencer a instância cidadã (sociedade civil e cidadã), enfrentar a instância adversária e passar pelo crivo da instância midiática. Ao definir a instância política, Charaudeau (2006) argumenta:

É o lugar da governança. [...] a instância que os reúne está em busca de legitimidade para ascender a este lugar de autoridade e de credibilidade, para poder geri-lo e nele se manter. No entanto, a instância política não pode afirmar [...] que é movida pelo desejo de ocupar o lugar do poder e nele se manter [...]. (CHARAUDEAU, 2006, p. 56)

E a manutenção no poder justifica-se pela própria situação de poder. Concretamente o ator político atuará no sentido de propor debates à sociedade a respeito de questões sociais, propor programas, criticar o adversário a fim de revelá-lo sua posição, conclamar o povo a concordar com as suas ideias, conseqüentemente persuadi-lo, ganhar-lhe a confiança e garantir a sua permanência. Esse é o ritual seguido em períodos (pré) eleitorais. Aliás, quando alguém propõe debates ou demonstra estar preocupado com o povo, normalmente, essa pessoa não está agindo por bondade, mas visando conquistar a massa, assumir um lugar na instância política, assegurar seus interesses pessoais. Também é comum nesse período, aparecerem pretensos candidatos oferecendo soluções para problemas sociais, principalmente em épocas de catástrofes.

Todavia, os participantes da instância política não agem livremente sem que haja interferência. Ao lado desta, tem-se a instância adversária que também ocupa o lugar da governança, uma vez que possui as mesmas aspirações que a instância política, no sentido de querer assumir o poder. A instância adversária se diferencia da instância política, visto estar sempre a propor um projeto de uma sociedade ideal, com propostas e soluções para os problemas sociais. Além de propor, esta instância tenta persuadir a população da legitimidade de seu projeto. E a certeza se o projeto apresentado é, de fato, eficaz ou não, só tornar-se-á possível caso o candidato adversário seja eleito. Charaudeau (2006) atesta a respeito dessa instância:

A única diferença em relação à instância precedente reside no fato de que, estando ela na oposição, isto é, despojada de poder, mas representando uma parcela da opinião cidadã, é levada a produzir um discurso sistemático de crítica ao poder vigente, que lhe é sistematicamente retribuído. (CHARAUDEAU, 2006, p. 58)



Na verdade, as estratégias discursivas utilizadas na instância adversária são as mesmas da instância política e, uma vez chegando ao poder, a atuação também é semelhante, visto que assumir o poder é assumir as incumbências e turbulências de que ele está impregnado.

Enquanto isso, a instância cidadã é aquela que não pretende assumir o lugar da governança, mas o lugar da opinião, do julgamento. Segundo Charaudeau (2006, p. 58), a instância cidadã “é o lugar no qual os atores buscam um saber para poder julgar os problemas que lhes são impostos e para escolher ou criticar os políticos que lhe serão mandantes”.

A fim de assumir esse poder evidente, Charaudeau (2006) a instância cidadã produz discursos que contribuam para sua atuação. São discursos de reivindicação, de interpelação e de sanção. Ou seja, essa instância atua como uma espécie de termômetro, no que concerne à necessidade de mudar, reivindicar, exigir explicações ou castigar os atores políticos, entretanto, integra muitos personagens, com interesses variados e homogêneos. Por isso, subdivide-se em dois tipos: a sociedade civil e a sociedade cidadã. Esta é, sem dúvida, a parcela mais atuante e que defende as causas coletivas. Por seu turno, a sociedade civil existe em torno de interesses individuais, o que facilita a manipulação por parte da instância política. Infelizmente, há casos em que integrantes da sociedade cidadã têm a sua atuação limitada/suspeita por declarar apoio aos integrantes da instância política. Assim, aqueles valem-se da credibilidade perante a sociedade, a fim de favorecer a si e ao agente político. Ainda é comum, nessa parcela da sociedade, o fato de os integrantes da instância política permanecer na função por vários mandatos, como se suas fossem funções vitalícias.

Semelhante à instância cidadã, a instância midiática encontra-se fora da governança. Ao mesmo tempo em que se assemelha àquela, a instância midiática estabelece a ligação entre as instâncias política e cidadã. Ao se reportar sobre a instância midiática, Charaudeau (2006) explicita:

É o elo que se vale de diferentes modos de mediação [...] para unir a instância política à cidadã. Seus atores [...] estão legitimados de antemão em seu papel de [...] informantes, mas estão em busca da credibilidade dos cidadãos [...] e de captação do maior número de adeptos, dada à sua situação de concorrência com outros órgãos de informação [...]. Assim é construído um olhar de espectador específico. (CHARAUDEAU, 2006, p. 62)

A instância midiática goza de uma relativa independência. É independente quando estabelece a ligação entre as duas instâncias e deixa de sê-lo, quando é controlada pelo poder político ou por grupos ligados a partidos ou a candidatos. Nesse caso, o discurso validado por

esses atores é aquele que os favorece. O discurso oposto é criticado, por ser o discurso que provém da instância adversária. Aliás, o controle da imprensa é uma prática comum em nossa sociedade quando emissoras de rádio e canais de televisão são dirigidas por uma determinada pessoa ou grupo que segue uma orientação política específica. Não dão espaço para outras ideias e, por mais que se proclamem a imparcialidade, a atuação desses órgãos é comprometedora e não suscita confiança no povo.

Logo, a situação das instâncias não depende apenas delas mesmas, mas relaciona-se com condições exteriores. O sujeito político é legitimado a assumir o poder desde que tenha sido eleito pelo voto do povo; no entanto, essa legitimação é provisória, pois ao término do mandato, o político deve deixar o cargo, a não ser que este tenha sido reeleito. Nesse caso, reassumirá o cargo ou assumirá outra função. A legitimidade também é provisória quando o político, ao cometer irregularidades, fere-a e é condenado a abandonar o cargo público, através da cassação. Portanto, ao mesmo tempo em que o sujeito é legitimado, é assegurado a ele um direito e, uma vez concedido esse benefício, o político deve manter uma postura ética correspondente ao direito concedido, a fim de não desagradar o alvo de seu discurso, a instância cidadã.

Na verdade, o exercício do poder conferido pela legitimidade é uma forma de confirmar a soberania de um povo. De acordo com Charaudeau (2006):

A soberania está relacionada à representação: quando representamos, falamos (ou agimos) em nome de uma entidade que nos supera e que nos delegou [...] esse poder de falar em seu nome. Não somos essa entidade, somos apenas indicados por ela, mas ao mesmo tempo, nos confundimos com ela ao nos fazermos portadores dos valores que constituem seu poder. [...] O soberano é sempre portador de uma voz cuja onipotência resulta de ela não se encontrar aqui, mas em um além inacessível, e ele não agiria a não ser guiado por uma espécie de “*Mão invisível*” [...]. (CHARAUDEAU, 2006, p. 69)

Na política, fala-se muito em soberania. Todo político se diz comprometido em garantir a soberania do país, no entanto, muitos deles agem de forma vergonhosa, cometendo atos de corrupção, de modo a envergonhar o país perante outras nações. Nesta oportunidade, temos dado ênfase à corrupção como uma realidade presente na política; entretanto, ela também se faz presente noutros países do mundo, a corrupção já existiu noutros momentos da história e é praticada por qualquer cidadão. Noutros setores da sociedade também há bastante corrupção que, muitas vezes, passa despercebida.

### 3.2 A legitimidade no discurso político e o uso de estratégias

O político pode ter a sua legitimidade assegurada por formação. É ela que possibilita ao cidadão conhecimento e credibilidade para agir com discernimento perante os problemas. Esse tipo de pessoa é indicado para assumir as funções técnicas na administração que exigem um conhecimento específico. Entretanto, em certas ocasiões, o governante prefere indicações que venham a favorecer a convivência com seus aliados e até com os adversários.

Acerca do que vimos discutindo, Charaudeau (2006, p. 73) a legitimidade por mandato diz respeito a um poder que é do povo, porém concedido aos dirigentes políticos eleitos por aquele, a fim de bem representá-lo. Ou seja, o povo delega um poder que é seu aos representantes, para que estes façam jus ao benefício concedido. Nesse caso, tornam-se mandatados e não mandatários. Existem grupos e movimentos na sociedade que estão mobilizados e têm consciência de seu papel e da possibilidade de transformação social. Contudo, tal consciência, poucos a têm, se comparado a grande massa.

Dentre as muitas estratégias utilizadas no discurso político, existem as estratégias do parecer. Nesse caso, o político possui uma dupla identidade discursiva. A primeira diz respeito ao conceito político, à forma como os homens vivem em sociedade. A outra corresponde à prática política e define a posição do sujeito no processo comunicativo. Na tentativa de conciliar as duas identidades, o político faz uso de uma identidade singular-coletiva. Singular porque, segundo Charaudeau (2006, p. 80) “ele é único sujeito na sua voz do todo e coletivo porque se dirige a todos como se fossem apenas porta-vozes de um terceiro enunciador de um ideal social”. De modo que o discurso político funde os porta-vozes, a voz do terceiro, a voz do EU e a voz do TU-todos, dando origem ao NÓS que desempenha o papel de guia. Daí que o discurso político está recheado de NÓS para reforçar a fusão dos interlocutores que o compõe.

Na verdade as estratégias são utilizadas para fins diversos, no sentido de que elas dependem de vários fatores. Segundo Charaudeau (2006, p. 82) dependem: “[...] de sua própria identidade social, da maneira como ele percebe a opinião pública e do caminho que ele faz para chegar até ela, da posição dos outros atores políticos, quer sejam parceiros ou adversários, enfim do que ele julgar necessário defender ou atacar”.

O que se percebe com isso são a fluidez e a mobilidade do discurso. Diante de uma opinião pública favorável ou incerta, o discurso assume outra configuração. Um candidato adversário, cujo alvo, são as massas ou elites, suscitam discursos diferenciados. Ou seja, o

político precisa saber usar as palavras no momento certo para a pessoa certa, pois qualquer deslize incorre numa consequência maior.

Ao ajustar ou não sua palavra ao público, ambiente, ideias e circunstâncias, o político vivencia um processo de construção de sua imagem. Sua eficácia é imprevisível. Pode agradar a uns e não a outros, numa circunstância e não nas demais ou se consolidar em momentos de crise ou o contrário. Na visão de Charaudeau (2006, p. 87) existe suposta correspondência entre a imagem feita pelos governantes e a expectativa dos governados. Com efeito, existiria algo em comum entre as duas instâncias: tanto uma quanto a outra projetaram a mesma imagem e/ou crença. À medida que os governados formularam uma imagem dos governantes, estes já a tinham apreendido.

Portanto, a imagem é uma espécie de “faca de dois gumes”. De acordo com Charaudeau (2006, p. 88), se o político age de forma inteligente ou astuta, pode ser acusado de hipocrisia. Se se acomoda, pode ser visto como um medroso, que se rendeu à toa. O interessante é que ele saiba “conjugar os contrários sendo, ao mesmo tempo, diplomata e enganador, protetor e dinâmico, distante e próximo”. Efetivamente, o político torna-se refém das demais instâncias, porém é a instância cidadã a quem ele deve agradar mais, visto que dado o caráter frágil das imagens, um político que é bem visto num determinado momento pode ter sua imagem desconstruída em pouco tempo.

### 3.3 O formato do discurso político

Por mais que existam diferenças entre os sujeitos políticos, há um ponto em comum entre eles. Charaudeau (2006, p. 91) propõe um roteiro do discurso político que contempla três ideias: a desordem social, a origem do mal e a solução salvadora. O político se apóia num problema social, demonstrando estar a par de toda a situação. Posteriormente, ele cria uma expectativa exagerada no público, de modo que “ambos” sintam-se obrigados a buscar uma solução para o problema. Finalmente, ele propõe o que deve ser feito para a extinção do mal. Quando quem profere o discurso é um político oposicionista, a não solução do problema resulta de um descompromisso do político situacionista. Quando quem critica é o político adversário, é comum ressaltar a irresponsabilidade do gestor atual, por não ter solucionado determinados problemas; ao mesmo tempo em que o candidato se constitui opositor se constitui no salvador da pátria.

Ao criticar o adversário, ocorre a desqualificação deste. Na maioria das vezes ela é feita no segundo momento do discurso - a estigmatização do mal. Se o mal existe é preciso

combatê-lo, obviamente alguém é culpado por ele. E esse culpado pode ser o político adversário, situacionista ou antecessor, de modo que é preciso desqualificá-lo através de procedimentos discursivos. Entretanto, não basta utilizar estratégias de desqualificação, mas é preciso saber utilizá-las, pois de acordo com Charaudeau (2006, p. 93) “uma argumentação muito pesada, complexa e sutil corre o risco de não ser compreendida pela massa dos cidadãos”. Enfim, um discurso combativo pode ser visto de forma positiva por uns e negativa por outros. Há candidatos que não apresentam complicações em sua vida pública, entretanto não é eleito, justamente porque seu discurso tende a criticar os demais o tempo todo, mesmo quando o teor do seu discurso é verdadeiro. Em vez de conquistar os eleitores, afastam-se de tais candidatos.

A partir do momento em que alguém se propõe a concorrer a uma vaga em cargos públicos, mais precisamente na política; deve estar ciente das exigências e das atitudes que esse desafio requer. A imagem é uma dessas exigências. É através dela que o eleitor dá credibilidade, concorda com o candidato ou discorda dele. O que está em jogo é a imagem do sujeito político e não do cidadão civil, embora a imagem deste possa repercutir na construção da imagem daquele. É mister frisar a relação entre discurso e imagem. A imagem pode ser anterior ao discurso; contudo, com base nele, os interlocutores podem reformular ou desfazer a imagem outrora feita ou até confirmá-la. Dependendo da circunstância a que se propõe o discurso, o locutor pode a partir dele, formular imagens diferentes. Se o sujeito está disputando uma eleição, na condição de candidato, ele tende “a se ajustar a uma imagem [...] de homem público que pressupõe no ouvinte. Essa imagem funda-se, entre outros valores, na própria legalidade, na ordem”. Osakabe (2002, p. 84). Então, a imagem formulada está diretamente relacionada com a função de homem público, que assume a individualidade, ao defender um projeto que se diz legal, ao mesmo tempo em que critica o projeto dos candidatos adversários.

Essa postura, todavia, não é comum a todos os discursos. Haverá momentos em que o sujeito, invés de assumir a imagem, individual de homem público, assumirá uma posição mais generalizada e difusa, evitando aparecer e evidenciando o Governo. Consequentemente, àquilo que não deu certo ou não ocorreu conforme o previsto há um culpado “que se caracteriza como diretamente ligado a um interesse mais amplo, mais abstrato e mais geral ainda: a Nação”, Osakabe (2002, p. 86).

Concernente à imagem sobre o referente, Osakabe (2002) aponta o traço distintivo entre a imagem que o locutor tem do referente para falar de uma forma específica e não de outra e a imagem que o locutor pensa que o ouvinte tem do referente. Trata-se da quantidade e

da diferença. Nesse aspecto, não importa a quantidade de informação veiculada entre ambos, mas os valores diferentes que provêm de seus dizeres. Saberes que, uma vez diferentes, evidenciam a não-unilateralidade entre os interlocutores; ao contrário, confirma a importância que tem o ouvinte nessa relação. É a imagem proveniente do ouvinte “quem fornece a medida e a justificativa para a produção do discurso e à medida que só a partir dela é que se pode pensar na singularidade da imagem que o locutor tem do referente”. Osakabe (2002, p. 90-91).

Diferente da imagem do referente, na apreensão dos atos de linguagem, a imagem feita pelo ouvinte não tem tanta valia, uma vez que o locutor haverá de considerar sua própria pretensão. Em relação a isso, Osakabe, (2002, p. 93) defende que: “O ato de argumentar constitui uma espécie de operação que visa fazer com que o ouvinte não apenas se inteire da imagem que o locutor faz do referente, mas, principalmente, que o ouvinte aceite essa imagem”.

Apoiando-se em Perelman (1970, p. 83), Osakabe (2002, p. 94-95) menciona a importância da temporalidade em relação à argumentação. Essa influência do tempo está relacionada aos sujeitos e à situação. Quanto aos sujeitos, à medida que fala e/ou escreve, o locutor vai adequando seu raciocínio conforme a reação do ouvinte. No que diz respeito à situação, o locutor vale-se de argumentos mais fortes ou não, de modo a adequá-los à situação em que é pronunciado o discurso. Isso equivale a afirmar que um argumento não se enquadra em toda e qualquer situação. Logo, o locutor deve estar atento em relação ao que diz, a fim de que antes de ser interpretado pelo ouvinte em relação ao que foi dito, o locutor tenha a habilidade “não apenas rebater a crítica e a argumentação do adversário, mas também reforçar o próprio argumento e a própria posição assumida”. Osakabe (2002, p. 97).

Um discurso convincente precisa saber apresentar os valores que se defende e as condições para essa apresentação são a simplicidade e a argumentação. A simplicidade diz respeito à contenção de ideias (singularização) e à condensação de uma ideia (essencialização). A união dos dois procedimentos resulta em fórmulas. Daí Charaudeau (2006, p. 99) afirmar: “[...] Quanto mais uma fórmula é concisa e carregada semanticamente mais ela terá poder de atração”. Concernente à utilização de fórmulas no discurso político, Charaudeau (2006) acrescenta que:

O discurso político muniu-se de procedimentos na esperança de causar impacto no público. Empregam-se palavras que, desligadas de seu contexto original, passam a ser empregadas de maneira absoluta, sem quem se saiba quem as utilizou inicialmente, as quais atores estão relacionadas, nem a propósito do que foram empregadas. (CHARAUDEAU, 2006, p. 99)

Essas fórmulas compõem-se de alguns recursos como: sintagmas cristalizados, frases elípticas, definicionais, frases exclamativas e slogans.

### 3.4 Veracidade, verdade e mentira no discurso político

Em relação às condições de argumentação, Charaudeau (2006) afirma que elas se inscrevem no princípio da veracidade e não da verdade. Assim, o discurso político não tem um compromisso com a verdade, pois o que importa são os efeitos que os argumentos provocam no sentido de convencer os interlocutores. Os argumentos são mais os variados possíveis - argumentos pela força das crenças partilhadas, pelo peso das circunstâncias, pela vontade de agir, pelo risco, pela desqualificação, pela analogia.

Não há discurso desprovido de elaboração, ainda que forma inconsciente. Dependendo do teor do discurso e de como se diz, o locutor pode conquistar o interlocutor e manter a audiência do mesmo. Concernente a isso, Osakabe (2002) discute a existência de três atos distintos: promover, envolver e engajar. A promoção ocorre quando o cidadão é parte integrante das decisões políticas. Nesse sentido, o interlocutor sente-se valorizado e as arestas que nutria em relação àquele locutor são desfeitas. Ao simpatizar com o candidato, o eleitor não tem motivos para criticá-lo. Desse modo, ele encontra-se envolvido com o projeto político em questão. Quando o locutor desiste de opor-se ao político, ele encontra-se na fase de engajamento, ou seja, concorda com seu discurso e tomada de decisão.

É nessa perspectiva da veracidade e não da verdade que existe a mentira na cena política, como algo permitido no discurso político que se manifesta através de estratégias: da imprecisão, do silêncio, da razão suprema e da denegação. Ao utilizá-las, o político causa a impressão de estar dizendo a verdade, sem estar a fazê-lo. Daí Charaudeau (2006) defender que:

Todo político sabe que lhe é impossível dizer tudo a todo o momento e dizer todas as coisas exatamente como ele as pensa ou as percebe [...]. A ação política desenvolve-se no tempo e no momento em que o político pronuncia suas promessas ou seus compromissos, ele não sabe de quais meios disporá nem quais serão os obstáculos que se oporão a sua ação, [...] É preciso jogar com as estratégias discursivas que não sejam muito explícitas e que não pareçam vagas, mas não vagas a ponto de fazer com que ele perca sua credibilidade. (CHARAUDEAU, 2006, p. 105-106)

Levando em consideração que a mentira é uma atitude lícita no cenário político, pode-se afirmar que se torna difícil distinguir o político que fala a verdade daquele que profere inverdades. Alguém pode dizer inverdades, mas por ter facilidade em lidar com a palavra, consegue convencer e persuadir quem o ouve. Daí se justifica o fato de certos políticos, uma vez tendo cometido atitudes ilícitas, ainda continuarem tendo a credibilidade do eleitorado. Ou seja, essa imprecisão dificulta apreendermos o grau de verdade ou veracidade. Na realidade, essa forma de agir não vai além da manipulação da palavra, visto que o locutor não se sente na obrigação de defender argumentos verdadeiros, mas na necessidade de impô-los. É nesse sentido que Breton (1999, p. 20) defende: “Há manipulação porque há fabricação de uma mensagem que, por vez, advém de uma estratégia da mentira”.

Ser possuidor do objeto de desejo significa possuir o poder, não pela posse em si; mas por ter em mãos algo que provoca necessidade nos outros. Consequentemente, aquele que propaga o objeto de desejo/poder exerce autoridade. Esse poder de que o sujeito está investido o diferencia de outros, pois entre ele e os demais dar-se-á mais credibilidade àquele. Por outro lado, exercer a autoridade não significa ter a melhor idéia, nem apresentar o melhor produto, senão pressionar o público a acreditar na mensagem veiculada, a fim de que ela se torne aceitável e desejável.

Nessa perspectiva, o vocabulário ambíguo auxilia na adequação da linguagem ao auditório. Se assim não o fosse, não atingiria tantos públicos. O que assegura a manipulação não é exatamente o dito, mas os sentidos que esse dizer evoca.

Outra forma de manipular é através da clareza, a qual é breve. Na atualidade, um discurso longo não detém a atenção do público o tempo todo, que logo se dispersa. Baseado em situações reais, (Breton, 1999, p. 69) aponta que “o formato breve tornou-se hoje um padrão para toda mensagem que se pretenda persuasiva”.

Semelhante à clareza, não pelo caráter breve, senão pela objetividade, tem-se a estetização da mensagem. É um procedimento manipulatório que ocorre a partir da acumulação afirmativa. São evidências e certezas insistentemente repetidas, as quais não se relacionam com o estabelecimento de um saber, nem a conquista de um pensamento. A ideia consiste apenas em declarar uma verdade adquirida e disponível.

Por fim, o amálgama afetivo consiste em resgatar do público um elemento de conotação agradável e prazerosa ou que evoca medo e associá-lo à mensagem principal, no intuito de que os sentimentos provocados anteriormente possam repercutir no presente de modo a ampliar a mensagem.



## 4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DO *CORPUS*

Neste capítulo, analisamos as condições de produção presentes no discurso de posse, da Presidenta Dilma Rousseff. Dentro das condições de produção, demos ênfase ao sujeito envolvido, ao contexto, às formações imaginárias; ao discurso político, seus contratos e estratégias. Com isso, verificamos a que instância pertence o nosso *corpus*, em que consiste sua legitimidade e em quais estratégias funda-se esse discurso, a fim de que possa convencer o público eleitor. A discussão e análise do *corpus* serão feitas com base nas discussões teóricas anteriormente apresentadas. De modo que, antes de procedermos à análise do *corpus*, apresentamos o sujeito que proferiu o discurso em questão - Dilma Rousseff.

### 4.1 O sujeito e sua historicidade - quem é Dilma Rousseff?

Conforme Amaral (2011), Dilma Vana Rousseff nasceu no dia 14 de dezembro de 1947 na cidade de Belo Horizonte. Seu nome é uma homenagem à mãe e à tia. Filha de mãe brasileira e pai búlgaro. Teve uma infância semelhante à infância de outras crianças de sua época.

Aos cinco anos, foi matriculada no Instituto, Izabela Hendrix, onde estudou o Jardim. Aos sete anos, aprendeu a ler no Colégio Sion. Dali em diante, Dilma lia coleções completas, clássico infantil e juvenil, autores brasileiros e internacionais.

Quando tinha doze anos, seu pai, Pedro Rousseff, lhe deu para leitura **Germinal** de Emile Zola, **Humilhados e ofendidos** de Dostoievski, **O lírio do vale**, **O pai de Goriot** de Honoré de Balzac, obras de cunho social.

Além do acesso e do gosto pela leitura, Dilma teve a oportunidade de praticar esporte, viajar, ouvir música clássica e ter aulas de piano. A ação social era assumida por Dilma e suas colegas do Colégio Sion, quando todos os domingos iam ao Morro do Papagaio orientar as pessoas a ferverem a água, a terem mais higiene, entretanto, Dilma sentia-se incomodada por acreditar que aquela ação era insignificante para resolver os problemas sociais de seu tempo. Para ela, a resolução dos problemas sociais passava pelo crivo da formação política da comunidade, no entanto, essa temática não constava na pauta de trabalho daqueles adolescentes dos Colégios Sion e Loyola. Essa inquietação vivenciada por Dilma demonstra sua inclinação para a política. Era o princípio de um caminho a ser trilhado ao participar de grupos de formação política, exercer cargos administrativos, culminando com o cargo de Presidenta da República.

Prestes a completar quinze anos, Dilma Rousseff perdeu o pai, o que representou uma grande perda. Todavia, Dilma prosseguiu com suas leituras e participação nas atividades culturais, a exemplo do cinema. Depois do Sion, Dilma estudou no Colégio Santa Doroteia.

Em 1965, começou a namorar Cláudio Galeno, integrante de uma organização política. No ano anterior, Dilma mudou-se para o Colégio Estadual, espaço propício para a formação e exercício político de adolescentes e de jovens. Lá, ouviam-se músicas engajadas de Vinicius de Moraes e de Carlos Lyra. Comentava-se o Cinema Novo e a poesia de João Cabral de Melo Neto e Geir Campos. Essas ideias eram disseminadas pelo Centro Popular de Cultura (CPC) e pela Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM- Polop). Através da Polop, Dilma teve contato com **O capital** de Karl Marx, cujo entendimento não foi possível naquele momento. Conviver com os integrantes das duas organizações foi uma oportunidade para prosseguir suas leituras de literatura e filosofia. Em 1951, Dilma passou a fazer parte do Centro de Estudos Cinematográficos (CEC), um grupo que discutia cinema, política e revolução. Nesse grupo, ampliou sua visão a respeito do cinema, além de ter tido contato com a obra de Guimarães Rosa e com artigos sobre crítica cinematográfica de uma revista francesa.

Até 1966, a Polop publicava revistas que circulavam clandestinamente, além de terem produzido um filme dirigido por Dilma, o qual não foi publicado, nem concluído. O grupo já demonstrava sua rebeldia ao pichar muros em Belo Horizonte, com palavras de ordem. A fim de se manter, a Polop extraía renda de atividades comerciais. Dilma era a tesoureira da organização e vendedora. No ano de 1967, a jovem começou o curso de Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Ao passar por momentos de enfraquecimento, a Polop desmembrou-se em duas organizações: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e Comandos de Libertação Nacional (Colina). Dilma e Galeno participavam da Colina. Nesse ínterim, grupos foram organizados, no Brasil e no exterior. Dilma aprendeu a montar e a desmontar fuzis, porém nunca atirou.

No final de 1968, período mais crítico da ditadura militar, Dilma foi morar com uma tia e Cláudio Galeno, na casa de um amigo. Artistas, compositores foram presos e exilados. A mudança de endereço passou a fazer parte da vida do casal, visto que o apartamento onde residia era ponto de encontro dos integrantes da Colina. Além disso, o casal era articulador do grupo.

Em decorrência das atividades do grupo, Dilma e Galeno tiveram de viver em estados diferentes. Nesse intervalo, ela conheceu Carlos Araújo com quem passou a conviver.

Organizações como a Colina, a VPR e outras organizações sobreviviam à custa de ações ilícitas, como assaltos a bancos. Por outro lado, a polícia estava constantemente a procurá-los. Enquanto isso, Dilma foi a São Paulo reorganizar a Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares).

Tentando despistar a polícia, Dilma foi presa em 16 de janeiro de 1970, numa casa comercial. Foi levada a um presídio da ditadura, ficou sob o poder da polícia durante dois anos e dez meses.

Enquanto esteve presa, Dilma vivenciou várias torturas: palmatória, pau-de-arara (nudez, choque e hemorragia), falta de comida, frio. Apesar disso, ela não entregou Carlos Araújo nem Breno. Não revelou seu endereço. Para evitar a prisão, Dilma apresentou carteira de identidade e carteira de estudante com nomes falsos. A notícia da prisão de Dilma foi veiculada pelo jornal *Folha de São Paulo*.

Na prisão, as mulheres viviam na parte superior - a Torre das Donzelas - local frio, com mofo, cheio de goteiras. Depois de algum tempo de prisão, Dilma passou a receber visitas da mãe, da tia e da irmã caçula. A fim de ocupar o tempo livre, Dilma e suas companheiras se envolviam em atividades variadas.

Na prisão, Dilma e Carlos Araújo se encontraram. Foram julgados e responderam processo por serem integrantes da VAR. Em Juiz de Fora, foi condenada há um ano pelo artigo 36 (constituir, filiar-se ou manter organização de tipo militar com finalidade combativa). No Rio de Janeiro, foi condenada há um ano e um mês. Em São Paulo, a condenação foi a pena máxima - quatro anos. O juiz a chamou de papisa da subversão. Em novembro de 1972, o Superior Tribunal Militar (STM) fixou a pena em dois anos e um mês.

Depois de sair da prisão, em 1973, foi morar com os sogros. Carlos Araújo estava num presídio localizado numa ilha no meio do Guaíba, em Porto Alegre. Ela sobreviveu um ano como clandestina, três anos de cárcere e vinte e dois dias de tortura.

O curso de Economia (UFMG) que cursara durante dois anos de nada valeu, pois a universidade jubilo alunos considerados subversivos conforme Decreto-lei 477 da ditadura. Dilma passou no vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Fez estágio na Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Governo do Rio Grande do Sul (RS). Nesse período, participou do Setor Jovem do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de Ulysses Guimarães.

Em 1975, Dilma ficou grávida de Paula. Participou nos bastidores do Movimento Feminino pela Anistia. Dilma contribuía escrevendo artigos anônimos para jornais. Em 1977, foi demitida por pressão da ditadura. Paula nasceu em 27/03/1976. A casa de Dilma e Carlos,

no bairro Assunção, era centro de atividades permanentes. Dilma ficou um tempo em Campinas para cursar Mestrado em Economia na Unicamp, mas não defendeu a dissertação. Na década de 1980, Dilma assumiu Secretaria da Fazenda de Porto Alegre. Por volta de 1990, assumiu a Presidência da FEE, no Governo Alceu Collares em Porto Alegre. No final de 1993, foi promovida Secretária de Energia, Minas e Comunicação.

Em 1994, Dilma e Carlos Araújo se separaram. Dois anos depois, ela voltou a trabalhar como economista na FEE. Retomou os estudos na Unicamp, ao cursar o Doutorado em Economia Monetária e Fiscal, curso que interrompeu em 1999 e não defendeu a tese. Assumiu novamente a Secretaria de Energia no Governo de Olívio Dutra (RS). Em 20 de novembro de 2002, foi nomeada por Lula, Ministra das Minas e Energia. Com a crise do mensalão, assumiu a Casa Civil.

Em fevereiro de 2010, o partido dos trabalhadores (PT) a lançou candidata à Presidência da República. Até então, ela coordenava o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ao longo da campanha, tentaram encontrar algo negativo que a atingisse diretamente. Num dos debates acusaram-na de ser a favor do aborto. No final do primeiro turno, Dilma perdeu votos. A eleição foi decidida no segundo turno. Desta feita obteve 55.752.529 votos e tornou-se a primeira Presidenta do Brasil.

#### 4.2 O uso da linguagem como diminuição das asperezas do discurso

No discurso em análise, a Presidenta Dilma Rousseff embora não utilize o verbo “prometer”, compromete-se com a realização de ações, a exemplo do combate à discriminação, à corrupção e à concessão de privilégios. É o que ela afirma:

[...] Não haverá de minha parte e do meu governo discriminação, privilégios ou compadrio. [...] Serei rígida na defesa do interesse público. Não haverá compromisso com o desvio e o malfeito. A corrupção será combatida permanentemente, e os órgãos de controle e investigação terão todo o meu respaldo para aturem com firmeza e autonomia. (ROUSSEFF, 2011, p. 13)

Embora seja uma realidade constrangedora, a Presidenta menciona as posturas negativas de nosso país: discriminação, apadrinhamento e corrupção. Ao mesmo tempo em que discorda de tais comportamentos, apresenta seu posicionamento em relação a eles.

É comum nesse discurso a presença de verbos no presente e no futuro do presente do modo indicativo e também, em alguns momentos, de orações subordinadas substantivas

subjetivas. Aquilo que a Presidenta se compromete em fazer é reforçado com o uso do tempo futuro.

Continuaremos fortalecendo nossas reservas externas para garantir o equilíbrio das contas externas e bloquear, e impedir a vulnerabilidade externa. Atuaremos decididamente nos fóruns multilaterais na defesa de políticas econômicas saudáveis e equilibradas, protegendo o país da concorrência desleal e do fluxo indiscriminado de capitais especulativos. (ROUSSEFF, 2011, p. 05)

São ações que serão realizadas ao longo do seu mandato, logo, num tempo não tão distante. Enquanto isso, o presente do indicativo tende a indicar a satisfação da Presidenta por assumir tal função. “E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa desta ousadia do voto popular que, após levar à presidência um homem do povo, um trabalhador, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do país”, Rousseff (2011, p. 01)

Indica também homenagem em forma de agradecimento ao ex-presidente Lula e ao ex-vice-presidente José Alencar. Seria falta de modéstia da Presidenta não reconhecer a importância dos dois em relação à estabilidade brasileira. Sem contar que Dilma até então não assumira nenhum cargo político, apesar de ser militante política desde a juventude. A respeito dessa homenagem, temos:

Quero, neste momento, prestar minha homenagem a outro grande brasileiro, incansável lutador, companheiro que esteve ao lado do Presidente Lula nesses oito anos: nosso querido vice-presidente José Alencar. Que exemplo de coragem e de amor à vida nos dá este grande homem!! E que parceria fizeram o presidente Lula e o vice-presidente José Alencar, pelo Brasil e pelo nosso povo!! (ROUSSEFF, 2011, p. 02)

Afora isso, o tempo presente do indicativo revela compromisso e/ou responsabilidade em prosseguir com o trabalho iniciado pelo ex-presidente Lula. É o que se percebe em:

Venho para consolidar a obra transformadora do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, venho para consolidar a obra transformadora do Presidente Lula, com quem tive a mais vigorosa experiência política da minha vida e o privilégio de servir ao país, ao seu lado, nestes últimos anos. (ROUSSEFF, 2011, p. 02)

Enquanto isso, as orações subordinadas substantivas subjetivas expressam aquilo que deve ser feito ao longo da administração: “É preciso, antes de tudo, criar condições reais e efetivas capazes de aproveitar e potencializar, ainda mais e melhor, a imensa energia criativa

e produtiva do povo brasileiro”, Rousef (2011, p. 04). Assim, destaca-se a capacidade do país em se desenvolver.

Ressaltando os pontos frágeis que terão de ser corrigidos em tempo hábil, relata que: [...] É preciso, sem dúvida, melhorar e ampliar nossos aeroportos para a Copa e as Olimpíadas. Mas é mais que necessário melhorá-los já, para arcar com o crescente uso desse meio de transporte por parcelas cada vez mais amplas da população brasileira. Rousef (2011, p.06).

O discurso em análise caracteriza-se por ser extenso constituído de vários parágrafos e páginas; entretanto, a sua extensão não compromete o seu entendimento, uma vez que a linguagem é simples. Não há emprego de termos complexos ou difíceis. Qualquer leitor ao proceder à leitura desse discurso, não terá dificuldade em compreendê-lo. O discurso é enxuto, sem ardeios, livre de excessos. Prima-se pela objetividade e isso permite que o discurso flua, sem que seja necessário interromper sua leitura, nem fazer retomadas para compreendê-lo. É bastante comum, nesse discurso, a presença de frases elípticas. “Quero convocar todos a participar do esforço de transformação do nosso país.” Rousef (2011, p. 12).

Nesse fragmento, assim como noutros, a Presidenta Dilma Rousseff não se utiliza do pronome de primeira pessoa. Essa atitude é uma forma de diminuir o peso da responsabilidade que está a assumir.

A argumentação é outro componente importante. A fim de demonstrar seu contentamento e o seu comprometimento em cumprir seu plano de governo, Dilma Rousseff se utiliza da argumentação, demonstrando aquilo que foi realizado, o que precisa ser feito e o seu compromisso em realizar tais empreendimentos. Ela se vale da exemplificação, ao citar àquilo que foi executado, e da argumentação por autoridade, proveniente dela mesma, visto ter conhecimento na área econômica e energética.

No primeiro parágrafo da segunda página, a Presidenta se reporta ao cargo que ora assume. Nesse momento, ela não se coloca de forma individual, engrandecendo a si mesma, ao contrário, argumenta dizendo-se representante de toda uma coletividade, a iniciar pelas mulheres. “Não venho para enaltecer a minha biografia; mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira. Meu compromisso supremo – eu reitero – é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos!”, Rousef (2011, p. 02).

A intenção da Presidenta da República é a inclusão de todos os segmentos sociais. O mandato deve ser colocado a serviço do povo. Aliás, é isso que a população espera de seus governantes – ter uma relação o menos conturbada possível.

A fim de justificar sua vitória, a Presidente Dilma Rousseff vale-se do argumento de que: “Um Governo se alicerça no acúmulo de conquistas realizadas ao longo da história. Ele sempre será, ao seu tempo, mudança e continuidade”, Rousseff (2011, p. 02). Ou seja, a mudança está relacionada à opção do povo brasileiro em ter escolhido, por três mandatos, o Partido dos Trabalhadores, além de ter escolhido, pela primeira vez, uma mulher para assumir o mais alto cargo da política brasileira. Continuidade porque a Presidenta, ao pertencer ao mesmo partido do ex-presidente Lula, tende a prosseguir as obras por ele iniciadas.

#### 4.3 O Discurso de posse da Presidenta Dilma Rousseff – coerções, antecipações, assujeitamento e condições de produção

O objetivo deste trabalho concentra-se na apreensão das formações imaginárias. Nesse sentido, busca saber qual é a pretensão da Presidenta Dilma Rousseff ao enunciar em uma forma e não de outra.

No primeiro e segundo parágrafos após a saudação às autoridades, percebe-se que a Presidenta reconhece o valor do povo brasileiro ao usufruir do livre arbítrio e depositar seu voto numa mulher. Confiança essa que foi suficiente para conceder a ela um mandato, ao mais alto cargo político do país. “Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher.” “Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico desta decisão” Rousseff (2011, p. 01).

Além desse reconhecimento, a Presidenta ressalta o contexto histórico. Depois de cento e oitenta anos da Independência do Brasil, o povo brasileiro opta por uma mulher na Presidência. A opção do povo não se destinou apenas ao Partido dos Trabalhadores ou à sucessora do ex-presidente Lula, mas a uma mulher que, embora não tivesse experiência em cargo político algum, colocou a sua vida, desde a juventude, à disposição do Brasil. Há anos, Presidenta tornou-se militante política do Partido Democrático Brasileiro. Afora isso, assumiu cargo técnico-administrativo, funções que possibilitaram-na demonstrar seu potencial, respeito e espírito de liderança.

No quarto parágrafo, a Presidenta convicta da grande responsabilidade que ora assume; demonstra sua confiança na mulher brasileira, no sentido de contar com o seu apoio. Ao mesmo tempo em que espera a colaboração das mulheres; Dilma Rousseff, implicitamente, faz referência a si mesma e às Donzelas da Torre, companheiras de prisão. Ela assume uma responsabilidade, no entanto, quer dividi-la com outras pessoas. É o que fica claro em: “Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. Abro meu

coração para receber, neste momento, uma centelha da sua imensa energia.” Roussef (2011, p. 01).

No terceiro parágrafo da segunda página, Dilma Rouseff, faz uma antecipação ao demonstrar explicitamente seu reconhecimento em relação ao desempenho do Governo Lula, destacando a sua capacidade enquanto homem público. Destaca também a oportunidade concedida a ela em participar da gestão do ex- presidente Lula, o que possibilitou a Dilma aprendizado e oportunidade para demonstrar suas habilidades. De modo que ela afirma:

Venho para consolidar a obra transformadora do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, venho para consolidar a obra transformadora do Presidente Lula, com quem tive a mais vigorosa experiência política da minha vida e o privilégio de servir ao país, ao seu lado, nestes últimos anos. De um presidente que mudou a forma de governar e levou o povo brasileiro a confiar ainda mais em si mesmo e no futuro do país. (ROUSSEF, 2011, p. 02).

Esse posicionamento da Presidenta Dilma Rouseff é uma forma de estar mais próxima do povo, evitando ser vista como prepotente ou orgulhosa, além de deixar claro que o exercício de um mandato não depende apenas do gestor, mas da administração daqueles que estão à frente dos ministérios e secretarias. Reconhecer a importância do ex-presidente enquanto um cidadão, que tem a confiança da população é uma forma de manter acesa a empatia com o público e leitor.

No último parágrafo da primeira página: “Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, serem presidentas; e para que – no dia de hoje – todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher; Dilma Rouseff explicita sua satisfação por essa conquista pessoal e coletiva, visto estar representando todas as mulheres.

A Presidenta é autoridade suficiente para falar dessa forma; não só pelo mandato, mas pela própria história enquanto mulher. Certamente, outras mulheres já assumem cargos públicos noutras esferas; contudo, essa é uma conquista recente porque até então a mulher era vítima de preconceito e discriminação. A alegria e o orgulho de ser mulher cediam lugar à vergonha e ao desrespeito. Nem toda profissão era assumida pelas mulheres. A inclusão de uma mulher na Presidência da República é um incentivo para que outras mulheres participem ativamente da política partidária, vindo a serem eleitas. Tornar-se Presidenta de um país tão imenso é ser protagonista de uma história de mais de quinhentos anos.



No quinto e sexto parágrafos, a Presidenta faz uso da intertextualidade com o livro do Êxodo, quando afirma: “Sob a sua liderança, o povo brasileiro fez a travessia para outra margem da nossa história. Minha missão agora é de consolidar esta passagem e avançar no caminho de uma nação geradora das mais amplas oportunidades”, Rousef (2011, p. 02).

A travessia para outra margem da nossa história, liderada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, lembra a travessia do Mar Vermelho, liderada por Moisés. A travessia é um marco importante, divide a história em dois momentos: o antes e o depois. Ou seja, o Brasil mudou com a gestão Lula e a Presidenta, diante de tamanha responsabilidade, compromete-se em assegurar a continuidade dessa nova história.

Em relação à formação discursiva, nota-se, ao longo do discurso, que Dilma Rousseff, embora tenha consciência das inúmeras necessidades do Brasil, evita fazer críticas ao governo Lula. Até porque, tanto ela quanto ele pertencem à mesma orientação política. Além disso, ela também participou do governo assumindo funções importantes.

Seria um disparate se a Presidenta estivesse apontando os erros do governo petista. Logo, a sua postura é marcada por eufemismos. Não se diz a realidade tal qual ela é, mas formata-se o discurso de modo a evitar quaisquer arestas. A fim de corroborar com esse tom de eufemismo, a Presidenta afirma: “[...] Por isso, ao saudar os extraordinários avanços recentes, liderados pelo presidente Lula, é justo lembrar que muitos, a seu tempo e a seu modo, deram grandes contribuições às conquistas do Brasil de hoje”, Rousef (2011, p. 02).

No primeiro parágrafo da terceira página, a Presidenta ressalta o momento, positivo que o país vive:

Vivemos um dos melhores períodos da vida nacional: milhões de empregos estão sendo criados; nossa taxa de crescimento mais que dobrou e encerramos um longo período de dependência do Fundo Monetário Internacional, ao mesmo tempo em que superamos a nossa dívida externa. (ROUSSEF, 2011, p. 03).

Com base nessas afirmações, depreende-se que o trabalho realizado pela gestão do PT foi bem executado. No momento, tende-se a colher os frutos de tais empreendimentos. Por outro lado, depreende-se também que noutros momentos, quem assumiu a presidência não se esforçou ou não teve a competência o suficiente para colocar o Brasil num patamar tão privilegiado. No quarto parágrafo da terceira página, Dilma Rousseff reforça a ideia de que é Presidenta de todos os brasileiros.

Daí se reporta aos que já ascenderam socialmente, como também àqueles que vivem submersos na miséria. Aliás, o dizer da Presidenta seria utópico ou surreal, se ela não incluísse os que estão na base da pirâmide social.

No penúltimo parágrafo na terceira página, a Presidenta coloca a necessidade de se fazer a reforma política. Talvez, a Presidenta, ao longo da campanha, não tenha evidenciado tal necessidade e, caso tenha se reportado a esse assunto, fez de maneira sutil. Isso se explica porque empreender uma reforma não é uma tarefa simples. Implica ir de encontro aos interesses de muitos aliados, cuja consequência é a perda de votos. Implicam em críticas, desacordos. Obviamente, a Presidenta é “livre” para realizar essa reforma. Ela tem o saber e o poder para fazê-la. Entretanto, em detrimento dos motivos aqui expostos, passa à condição de assujeitada. Certamente, outros presidentes vislumbraram que a reforma política teria de ser feita, mas, a fim de evitar insatisfações, preferiram adiá-la:

Na política é tarefa indeclinável e urgente uma reforma com mudanças na legislação para fazer avançar nossa jovem democracia, fortalecer o sentido programático dos partidos e aperfeiçoar as instituições, restaurando valores e dando mais transparência ao conjunto da atividade pública. (ROUSSEFF, 2011, p. 03).

Nessa ocasião, a Presidenta evita expor os problemas ou pontos negativos que advirão com a reforma política, visto que a sua formação discursiva não permite. Além disso, o político tem consciência da verdade, porém nem sempre deve revelá-la em toda sua extensão.

No primeiro parágrafo da quarta página, a Presidenta menciona outra necessidade do país – a modernização do sistema tributário. Da mesma forma que a reforma política provoca divergências, modificar o sistema tributário também gera discordâncias. Por outro lado, se a Presidenta acredita que essa medida tem de ser implantada, não há porque duvidar; até porque o conhecimento que ela tem em relação à economia, sua área de formação, e a experiência adquirida ao assumir cargos públicos nessa área, faz dela uma autoridade no assunto. Logo, ela está investida de um poder, concedido pelo voto popular; possui um saber específico; contudo, não deve utilizá-lo como quiser. Há uma disciplina que regulamenta sua atuação. As instâncias política, adversária, cidadã e midiática estão a vigiá-la. Há sempre um olhar invisível proveniente de várias direções.

No decorrer do discurso, percebe-se que muitas das metas que a Presidenta Dilma Rousseff enunciou estão relacionadas à área econômica. Isso se deve a motivos do tipo: é a área da qual ela tem conhecimento. Um país que tem sua economia em expansão e

estabilizada é bem visto pela sua população e pelos outros países é sinônimo de autoridades competentes.

No segundo, terceiro e quarto parágrafos da quinta página, Dilma Rousseff se reporta à erradicação da pobreza. Enquanto enuncia, a Presidenta tem consciência de que esse é um problema social crônico, embora o ex-presidente Lula tenha empreendido ações de combate à pobreza. Por sua vez, a Presidenta sabe, que a população brasileira das classes sociais menos favorecidas, espera dela ações nesse sentido.

No final do quarto parágrafo: “[...] O congoçamento das famílias se dá no alimento, na paz e na alegria. [...]”, Rousseff (2011, p. 05), nota-se que a Presidenta afasta-se da sua formação discursiva política e se detém à formação discursiva religiosa. Ou seja, quando se tem alimento para saciar a fome, automaticamente, também se tem paz e alegria. Quando ocorre o contrário, logo, sobrevém a desarmonia e a violência em todas as suas facetas.

Em diversos momentos do discurso, a Presidenta Dilma Rousseff faz menção a problemas sociais e se compromete em resolvê-los. Enquanto representante do mais alto cargo político do país, o eleitorado espera dela determinação e espírito de liderança no sentido de efetivar ações que venham a colocar em xeque a autonomia do país. É isto que está posto em: “Não faremos a menor concessão ao protecionismo dos países ricos que sufoca qualquer possibilidade de superação da pobreza de tantas nações pela via do esforço de produção. Faremos um trabalho permanente e continuado para melhorar a qualidade do gasto público”. Rousseff (2011, p. 06).

A expectativa das instâncias é que o governante atue a fim de que o país possa ser bem visto pela sua população e pelos demais países. Antes que alguém faça tal exigência, a Presidenta se antecipa e expõe suas pretensões. Nesse caso, têm-se, na prática, as formações imaginárias.

No segundo e no terceiro parágrafos da sexta página, a Presidenta atribui ao Estado brasileiro a característica de paternalista, visto que os serviços básicos e a previdência social estão sob sua responsabilidade. Mediante essa realidade, Dilma promete mudanças, com o objetivo de descentralizar as ações apenas em torno do Estado. Ela não propõe privatização, uma vez que esta decisão é incoerente com a ideologia de seu partido e foi, por seus integrantes, bastante criticada. Ainda que a reforma na Previdência cause protestos, a Presidenta se propõe a fazê-la, pois o número de pessoas idosas no Brasil tem crescido e, concomitante a isso, o número de aposentados. Como o Estado brasileiro não tem recursos suficientes para prover todos os serviços básicos, a alternativa a ser buscada são os investimentos privados, as parcerias.

Ao fazer referência aos investimentos previstos para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas, Dilma Rousseff antecipa-se às possíveis imagens e/ou exigências do público eleitor. De modo que, sabedora de quão serão os gastos para a realização desses eventos e consciente dos problemas sociais do Brasil, ela faz questão de ressaltar que os investimentos serão permanentes no sentido de beneficiar à população das cidades que abrigarão tais eventos. Do contrário, restariam à Presidenta muitas críticas.

Quando se detém aquilo que deve ser a prioridade na educação, a Presidenta coloca a Pré-escola e o Ensino Médio Profissionalizante em primeiro plano. Priorizar o Ensino Médio Profissionalizante é uma forma de qualificar pessoas para atuarem nos setores econômicos. Ter um curso técnico significa estar apto para o trabalho, quer seja no serviço público ou nas empresas privadas. Na realidade, o país oferece oportunidades de trabalho, no entanto, faltam pessoas capacitadas para assumirem tais vagas. Logo, o Brasil precisa capacitar pessoas, urgentemente. Além disso, se a mão-de-obra não é capacitada, a nação pode ter prejuízos em relação à sua produção. As demais nações, consideradas desenvolvidas, conseguiram chegar a esse patamar graças aos investimentos em educação. Por outro lado, as outras áreas da educação que não são técnicas ficam excluídas de tais investimentos.

No quarto e no oitavo parágrafos da oitava página, a Presidenta também faz uso da antecipação. Se o país foi escolhido para sediar dois eventos esportivos de nível internacional, o que se espera é que os turistas ao chegarem nessas cidades tenham boa acolhida e receptividade, segurança e infra-estrutura capaz de atender às suas necessidades. Afinal, uma boa imagem do país depende daquilo que tem para oferecer aos turistas participantes desses eventos.

No segundo parágrafo da nona página, Dilma coloca em evidência as riquezas petrolíferas do Brasil como a grande fonte de renda no futuro. Nesse caso, ela evita que este(s) ou aquele(s) estado(s) queira(m) ser privilegiado(s) em relação à divisão de tais lucros ou ainda queira(m) receber logo sua parcela.

No quinto parágrafo da nona página, Dilma Rousseff recorre ao escritor, Guimarães Rosa “*o que tem de ser, tem muita força, tem uma força enorme.*” Assim, ela utiliza um argumento de exemplificação. Por ocasião do ritual de posse, Dilma apresenta ao público o Brasil atual e o Brasil do futuro com as ações que pretende empreender. O verso de Guimarães Rosa, citado pela Presidenta, lembra o determinismo do século XIX. Indica também assujeitamento. Se algo está prestes a acontecer não há como evitar; logo, a solução é conformar-se à nova situação.

No quinto parágrafo, a Presidenta coloca o Brasil numa posição de destaque quando relata que: “Pela primeira vez o Brasil se vê diante da oportunidade real de se tornar, de ser uma nação desenvolvida. Uma nação com a marca inerente também da cultura e do estilo brasileiros - o amor, a generosidade, a criatividade e a tolerância.” Roussef (2011, p. 09).

Enquanto no sexto parágrafo, expõe:

Uma nação em que a preservação das reservas naturais e das suas imensas florestas, associada à rica biodiversidade e à matriz energética mais limpa do mundo, permitem um projeto inédito de país desenvolvido com forte componente ambiental. (ROUSSEF, 2011, p. 09).

Esse destaque se deve à biodiversidade e às fontes de energia limpa. Esses componentes constituem riquezas que não existem noutros países. Possuí-las significa ser destaque perante o mundo. Quantos países nos invejam por não possuírem, em seu território, os atributos que possuímos. Aliar o potencial de que o país dispõe à pesquisa científica e à tecnologia é o caminho a ser trilhado. E a Presidenta com o conhecimento na área energética propõe um novo *status* ao Brasil. Em vez de país emergente, o país será uma nação desenvolvida. Esse desenvolvimento não deve agredir ao meio ambiente.

A Presidenta Dilma Rouseff se propõe a investir em cultura, principalmente, no que concerne à música, ao cinema e à literatura. Todas as nações consideradas desenvolvidas investiram em educação e, certamente, em cultura. Ao fazer esse tipo de investimento, aumentam-se o nível cultural, vocabular e de consciência política de um povo. Quem lê, tem mais facilidade para se expressar, redigir, compor, atuar, argumentar. A própria história mundial confirma o Japão, hoje, desenvolvido, depois de bombardeado durante a Segunda Guerra Mundial, conseguiu erguer-se graças aos investimentos educacionais. A qualidade dos bens culturais numa sociedade que atribui valor ao estudo é diferente de uma nação que menospreza esse investimento.

Investir em cultura no Brasil é uma forma de valorizar nossa produção, principalmente, o nosso cinema, que não é tão conhecido no exterior e até no Brasil, visto que aqui se assiste a muito filme estrangeiro. Quanto à música e à literatura, estas têm encontrado um espaço no exterior, conquistando fãs. Alguns escritores têm suas obras bem avaliadas pela crítica literária.

No segundo parágrafo da décima primeira página, a presidenta ressalta o seu desejo de boa convivência com os demais países:

[...] Seguiremos aprofundando o relacionamento com nossos vizinhos sul-americanos; com nossos irmãos da América Latina e do Caribe; com nossos irmãos africanos e com os povos do Oriente Médio e dos países asiáticos. Preservaremos e aprofundaremos o relacionamento com os Estados Unidos e com a União Europeia. (ROUSSEF, 2011, p.11)

Embora sua história pessoal seja marcada pela prisão, violência física, moral e psicológica, Dilma Rousseff assegura que o seu agir enquanto Presidenta será diferente do tratamento a ela dispensado. Levando em consideração a história da Presidenta, alguém poderia imaginar que a sua ação mediante ações adversas por parte dos outros países, fosse implacável. Ao contrário das expectativas formuladas, ela se antecipa e as desconstrói. Sua gestão será pautada pelo entendimento entre as nações de todos os continentes. Por outro lado, conviver pacificamente com outras nações não significa ser submisso nem omissivo.

Pode-se ter uma convivência amigável com outros povos, sem abrir mão da autonomia. Sair do nível de país emergente para país desenvolvido está relacionada à participação atuante do Brasil no Mercado Comum do Sul (Mercosul) e no União das Nações Sul-Americanas (Unasul), além da intervenção em fóruns multilaterais. Ainda nessa perspectiva da cultura da paz, a Presidenta indica o posicionamento do Brasil em relação a atos de violência interna ou externa. O Brasil não é favorável à violência. Daí, em vez de protagonizar acirramentos, nosso país opta pelo apaziguamento das asperezas. O Brasil aspira ao desenvolvimento e, para isso, é necessário conviver pacificamente, no intuito de ser respeitado e de poder contar com a colaboração do restante do mundo.

Ao se referir à liberdade, a Presidenta assegura que esse direito será concedido a todos sem distinção:

Reafirmo meu compromisso inegociável com a garantia plena das liberdades individuais; da liberdade de culto e de religião; da liberdade de imprensa e de opinião. Reafirmo que o que disse ao longo da campanha, que prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras. Quem, como eu e tantos outros da minha geração, lutamos contra o arbítrio, a censura e a ditadura, somos naturalmente amantes da mais plena democracia e da defesa intransigente dos direitos humanos, no nosso país e como bandeira sagrada de todos os povos. (ROUSSEF, 2011, p. 12)

A Presidenta faz questão de lembrar o seu passado, desta feita assumindo o compromisso de que todos os brasileiros serão livres. Se depender dela, a liberdade é uma certeza e a ditadura não terá espaço no dia a dia do brasileiro. Ao contrário do que se podem

pensar, os sofrimentos decorrentes da ditadura tornaram-na mais tolerante e humana. O regime ditatorial não condiz com a realidade do governante, uma vez que ela assume um poder que não lhe pertence, além de limitado. Quem assume uma função cederá seu lugar a outra pessoa. E se o povo pressionar pode ser substituído. De modo que, o autoritarismo não mais ecoa como uma atitude relacionada ao saber; ao contrário, é visto como algo abominável.

Ainda que a Presidenta queira empreender ações mais enérgicas, ela evita transparecer tal necessidade a fim de se evitar o rótulo de autoritária. A formação discursiva na qual está inscrita impede-a de agir dessa maneira. Ela pertence a um partido, cuja ideologia vai de encontro a tais comportamentos.

No primeiro parágrafo da penúltima página, Dilma Rousseff faz questão de ressaltar que critérios serão levados em consideração na escolha dos ministros e demais funcionários que comporão seu Governo. “Eu e meu vice-presidente Michel Temer fomos eleitos por uma ampla coligação partidária. Estamos construindo com eles um governo onde capacidade profissional, liderança e a disposição de servir ao país serão os critérios fundamentais”. Rousseff (2011, p. 13)

Em geral, na política brasileira, ao ser eleito, o político escolhe para assumir cargos comissionados, pessoas que financiaram a campanha, que são cabos eleitorais ou pessoas as quais o político deve favores. De modo que critérios como: o profissionalismo, a ética, a responsabilidade são desconsiderados. Antes que alguém pudesse formular o quadro dos possíveis escolhidos, a Presidenta antecipa e desconstrói tal formação, além de confirmar sua intenção. Para ela, o governo deve ter a sua marca. Deve-se evitar repetir os moldes anteriores.

No sexto e sétimo parágrafo da penúltima página a Presidenta faz menção à própria história, em tom de homenagem:

Muitos da minha geração, que tomaram pelo caminho, não podem compartilhar a alegria deste momento. Divido com eles esta conquista, e rendo-lhes minha homenagem. Esta, às vezes dura, caminhada me fez valorizar e amar muito mais a vida e me deu, sobretudo coragem para enfrentar desafios ainda maiores [...]. (ROUSSEFF, 2011, p. 13).

Durante a juventude, Dilma conviveu com jovens que, como ela desejavam a mudança do Brasil. Eram moças e rapazes que discordavam do autoritarismo, da violência e da repressão provenientes da ditadura. Por essa razão muitos foram presos, torturados e mortos. Amigos muito próximos da Presidenta tiveram suas vidas ceifadas. A própria Dilma também

foi vítima da ditadura. Esta homenagem nada mais é que um agradecimento àqueles que vivenciaram os tempos tenebrosos da história do Brasil. As dificuldades daqueles momentos foram transformadas em coragem, determinação e um imenso desejo de dedicar sua vida ao país. Essas pessoas a quem a Presidenta homenageia ajudaram na sua formação política e contribuíram para que ela alimentasse esse sonho. Nesta ocasião, a Presidenta apenas menciona as situações a ela impostas, sem manifestar indignação. Os obstáculos superados naquela ocasião ajudaram-na a superar momentos difíceis na vida pessoal, a exemplo de problema de saúde.

No último parágrafo dessa página, Dilma Rousseff mostra a outra face da mulher - a sensibilidade. Até então ela expunha características relacionadas ao gênero masculino - coragem, determinação, austeridade. Características que compõem a personalidade da presidenta. Ressaltar as características femininas é, ao mesmo tempo, deixar claro que as conquistas pessoais dependem do apoio e dos valores provenientes da família. Ela faz questão de afirmar a sua estima pelo neto. Isso é uma forma de afirmar que a sua formação discursiva é condizente com a defesa da vida e não o contrário conforme fora acusada ao longo da campanha.

Mas mulher não é só coragem. É carinho também. Carinho que dedico a minha filha e ao meu neto. Carinho com que abraço a minha mãe que me acompanha e me abençoa. É com esse imenso carinho que quero cuidar do meu povo, e a ele dedicar os próximos anos da minha vida. (ROUSSEFF, 2011, p.13-14)

Nesta oportunidade, a Presidenta evoca a formação discursiva de ordem religiosa ao fazer menção à família como sustentáculo, espaço para a construção de valores e em quem se apoiar nas dificuldades.

Por fim, ela volta a mencionar o aspecto religioso através das frases optativas: “Que Deus abençoe o Brasil! Que Deus abençoe a todos nós! E que tenhamos paz no mundo!” Rousseff (2011, p. 14). Ela se dirige a Deus por ser o Ser Supremo e evita direcionar sua fala para esta ou aquela entidade religiosa, uma vez que foi eleita Presidenta para exercer seu mandato para pessoas de todos os credos. Nesse sentido, espera-se dela uma conduta imparcial e de respeito a todas as crenças. Que a presidenta saiba apaziguar as situações conflituosas, sem fazer opção por este ou aquele cidadão.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sujeito político não enuncia em nome próprio, mas em nome da instituição da qual é membro. Dilma Rousseff profere o seu discurso em nome da instância política, mais precisamente do Partido dos Trabalhadores, de uma formação ideológica e de uma formação discursiva. Ou seja, ela é assujeitada a dizer aquilo que o seu partido admite. Dilma foi escolhida pelo povo e, nesta ocasião, representa um discurso que não advém exatamente dela. Na prática, a Presidenta é um sujeito clivado, dividido e descentrado, visto que o seu dizer é uma síntese do Outro, constituído por instituições com que se relaciona.

Nesse sentido antes de enunciar, a Presidenta Dilma realiza antecipações, a fim de avaliar o grau de perigo que o seu dizer pode apresentar. Daí, ela evita expor os aspectos negativos do seu antecessor, ou seja, a extinção do mal está presente no seu discurso, porém sob a forma de eufemismo. As coerções do discurso impedem-na de colocar para o público eleitor, a realidade tal qual é e /ou como a Presidenta acredita ser.

Mediante tais limitações, Dilma Rousseff se propõe a promover a solução salvadora. Diante dos inúmeros problemas sociais existentes no país, a Presidenta apresenta meios de como superá-los. Aliás, a população, vítima desses problemas, confiou e espera da Presidenta que algo seja feito. Afinal, se Dilma não expusesse o lado obscuro do Brasil, certamente, perderia a confiança de parte do eleitorado.

De modo que o discurso de posse da Presidenta resume-se a duas palavras: contentamento e compromisso. Contentamento porque Dilma assume pela primeira vez um cargo na instância política, o qual é o mais elevado. Além disso, é a primeira mulher a realizar tal façanha. Por sua vez, o compromisso diz respeito à solução dos vários problemas que a Presidenta para resolver. A fim de destacar o potencial da mulher, a Presidenta divide a história do Brasil em dois momentos, antes e depois de Lula; ao mesmo tempo em que se compromete com a continuidade e com a mudança.

Se ela se distanciar demais e quiser ser ela mesma, pode contribuir para gerar um sentimento de antipatia nas pessoas. Por outro lado, o Governo da Presidenta tem de representar a mudança: primeiro, porque o gestor anterior não resolveu todos os problemas que se propunha a solucionar; segundo porque o governo de Dilma precisa ter a sua marca.

É necessário que ela mostre liderança, capacidade de conduzir os destinos da Nação brasileira, de conviver com integrantes das demais instâncias.

A partir do momento em que a população deposita sua confiança na Presidenta, elegendo-a, está demonstrando que acredita nela; não apenas por ser a candidata indicada pelo

ex-presidente Lula, mas por enxergar nela alguém que pode assumir bem essa função. Logo, a imagem formulada pelo povo é uma imagem positiva. Imagem que, fisicamente, teve de ser ajustada para criar esse clima de empatia. Antes da campanha, Dilma Rousseff mudou o cabelo, as lentes, o tom de voz teve de ser mais suave, o semblante mais ameno, Caso a Presidenta não tivesse obtido a cura do câncer, obviamente a imagem que o povo formularia a respeito dela seria outra, marcada pela insegurança. De modo que seria difícil eleger alguém quando não se tinha certeza de que cumpriria todo o mandato ou estaria em condições de assumi-lo, Em contrapartida, a imagem formulada pela Presidenta em relação ao povo é marcada pela esperança, carência e sofrimento.

Mediante o exposto, espera-se que o presente trabalho possa contribuir com o ensino de Língua Portuguesa, no sentido de que os conceitos utilizados na Análise do Discurso. Além disso, todos nós proferimos discursos nas interações que mantemos a cada instante, principalmente, na atualidade, com o advento das redes sociais. É comum às pessoas exporem seus comentários a respeito de determinados temas, ao tempo em que, têm suas opiniões avaliadas por outros interlocutores.

Em relação ao discurso político, este trabalho assume sua importância, visto que todos os cidadãos são sujeitos políticos. São eles que escolhem os representantes da instância política ou castigam evitando elegê-los. Afora isso, qualquer cidadão pode vir a assumir um mandato. Entretanto, independentemente ou não dessas pretensões, o cidadão precisa ter o mínimo de conhecimento do domínio do discurso político, a fim de fazer escolher, nas quais prevaleçam a criticidade, o bom senso e a consciência política. E que a cultura da compra de voto possa ter menos adeptos.

**REFERÊNCIAS**

- AMARAL, R. B. **A vida quer é coragem**. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. 7 ed. Campinas: UNICAMP, 1998.
- BRETON, P. **A manipulação da palavra**. (Tradução de Maria Stela Gonçalves). São Paulo: Loyola, 1999.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso Político** (Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz). São Paulo: Contexto, 2006.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. (Tradução de Laura Flagra de Almeida Sampaio). 11 ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. (Tradução de Luiz Filipe Baetu Neves). 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- MACHADO, R. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- MAINGUENEAU, D. **Elementos de linguística para o texto literário**. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (Coleção Leitura e Crítica)
- MICHEL PÊCHEUX. Análise automática do discurso (1969). In: GADET, F. e HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3 ed. Campinas: UNICAMP, 1997.
- MUSSALIM & BENTES. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 2 ed. v.2 São Paulo: Cortez, 2001.
- ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 4 ed. Campinas, Pontes, 2002.
- OSAKABE, H. **Argumentação e discurso político**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- SANTOS, Joildo. **Íntegra do discurso de posse da presidente Dilma Rousseff**. Disponível em <http://www.joildo.net/noticias/integra-do-discurso-de-posse-da-presidente-dilma-rousseff/>. Acesso em 07 de junho de 2011.

## **ANEXO**

Íntegra do discurso de posse da presidente Dilma Rousseff

*Publicado por: Joildo Santos*

“Senhor presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney,  
Senhores chefes de Estado e de Governo que me honram com as suas presenças,  
Senhor vice-presidente da República, Michel Temer,  
Senhor presidente da Câmara dos Deputados, deputado Marco Maia,  
Senhor presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso,  
Senhoras e senhores chefes das missões estrangeiras,  
Senhoras e senhores ministros de Estado,  
Senhoras e senhores governadores,  
Senhoras e senhores senadores,  
Senhoras e senhores deputados federais,  
Senhoras e senhores representantes da imprensa,  
Meus queridos brasileiros e brasileiras,  
Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher.  
Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico desta decisão.  
Sei, também, como é aparente a suavidade da seda verde-amarela da faixa presidencial, pois ela traz consigo uma enorme responsabilidade perante a nação.  
Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. Abro meu coração para receber, neste momento, uma centelha da sua imensa energia.  
E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa desta ousadia do voto popular que, após levar à presidência um homem do povo, um trabalhador, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do país.  
Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser presidentas; e para que – no dia de hoje – todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher.

Não venho para enaltecer a minha biografia; mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira. Meu compromisso supremo – eu reitero – é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos!

Venho, antes de tudo, para dar continuidade ao maior processo de afirmação que este país já viveu nos tempos recentes.

Venho para consolidar a obra transformadora do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, venho para consolidar a obra transformadora do Presidente Lula, com quem tive a mais vigorosa experiência política da minha vida e o privilégio de servir ao país, ao seu lado, nestes últimos anos. De um presidente que mudou a forma de governar e levou o povo brasileiro a confiar ainda mais em si mesmo e no futuro do país.

A maior homenagem que posso prestar a ele é ampliar e avançar as conquistas do seu governo. Reconhecer, acreditar e investir na força do povo foi a maior lição que o presidente Lula deixa para todos nós.

Sob a sua liderança, o povo brasileiro fez a travessia para uma outra margem da nossa história.

Minha missão agora é de consolidar esta passagem e avançar no caminho de uma nação geradora das mais amplas oportunidades.

Quero, neste momento, prestar minha homenagem a outro grande brasileiro, incansável lutador, companheiro que esteve ao lado do Presidente Lula nesses oito anos: nosso querido vice-presidente José Alencar. Que exemplo de coragem e de amor à vida nos dá este grande homem!! E que parceria fizeram o presidente Lula e o vice-presidente José Alencar, pelo Brasil e pelo nosso povo!!

Eu e o vice-presidente Michel Temer nos sentimos responsáveis por seguir no caminho iniciado por eles.

Um governo se alicerça no acúmulo de conquistas realizadas ao longo da história. Ele sempre será, ao seu tempo, mudança e continuidade. Por isso, ao saudar os extraordinários avanços recentes, liderados pelo presidente Lula, é justo lembrar que muitos, a seu tempo e a seu modo, deram grandes contribuições às conquistas do Brasil de hoje.

Vivemos um dos melhores períodos da vida nacional: milhões de empregos estão sendo criados; nossa taxa de crescimento mais que dobrou e encerramos um longo período de dependência do Fundo Monetário Internacional, ao mesmo tempo em que superamos a nossa dívida externa.

Reduzimos, sobretudo, a nossa dívida social, a nossa histórica dívida social, resgatando milhões de brasileiros da tragédia da miséria e ajudando outros milhões a alcançarem a classe média.

Mas, em um país com a complexidade do nosso, é preciso sempre querer mais, descobrir mais, inovar nos caminhos e buscar sempre novas soluções.

Só assim poderemos garantir, aos que melhoraram de vida, que eles podem alcançar mais; e provar, aos que ainda lutam para sair da miséria, que eles podem, com a ajuda do governo e de toda a sociedade, mudar de vida e de patamar.

Que podemos ser, de fato, uma das nações mais desenvolvidas e menos desiguais do mundo – um país de classe média sólida e empreendedora.

Uma democracia vibrante e moderna, plena de compromisso social, liberdade política e criatividade.

Queridos brasileiros e queridas brasileiras,

Para enfrentar estes grandes desafios é preciso manter os fundamentos que nos garantiram chegar até aqui.

Mas, igualmente, agregar novas ferramentas e novos valores.

Na política é tarefa indeclinável e urgente uma reforma com mudanças na legislação para fazer avançar nossa jovem democracia, fortalecer o sentido programático dos partidos e aperfeiçoar as instituições, restaurando valores e dando mais transparência ao conjunto da atividade pública.

Para dar longevidade ao atual ciclo de crescimento é preciso garantir a estabilidade, especialmente a estabilidade de preços, e seguir eliminando as travas que ainda inibem o dinamismo da nossa economia, facilitando a produção e estimulando a capacidade empreendedora de nosso povo, da grande empresa até os pequenos negócios locais, do agronegócio à agricultura familiar.

É, portanto, inadiável a implementação de um conjunto de medidas que modernize o sistema tributário, orientado pelo princípio da simplificação e da racionalidade. O uso intensivo da tecnologia da informação deve estar a serviço de um sistema de progressiva eficiência e elevado respeito ao contribuinte.

Valorizar nosso parque industrial e ampliar sua força exportadora será meta permanente. A competitividade de nossa agricultura e da nossa pecuária, que faz do Brasil grande exportador de produtos de qualidade para todos os continentes, merecerá toda a nossa atenção. Nos setores mais produtivos a internacionalização de nossas empresas já é uma realidade.

O apoio aos grandes exportadores não é incompatível com o incentivo, o desenvolvimento e o apoio à agricultura familiar e ao microempendedor. As pequenas empresas são responsáveis pela maior parcela dos empregos permanentes em nosso país. Merecerão políticas tributárias e de crédito perenes.

Valorizar o desenvolvimento regional é outro imperativo de um país continental, sustentando a vibrante economia do Nordeste, preservando e respeitando a biodiversidade da Amazônia no Norte, dando condições à extraordinária produção agrícola do Centro-Oeste, a força industrial do Sudeste e a pujança e o espírito de pioneirismo do Sul.

É preciso, antes de tudo, criar condições reais e efetivas capazes de aproveitar e potencializar, ainda mais e melhor, a imensa energia criativa e produtiva do povo brasileiro.

No plano social, a inclusão só será plenamente alcançada com a universalização e a qualificação dos serviços essenciais. Este é um passo decisivo e irrevogável, para consolidar e ampliar as grandes conquistas obtidas pela nossa população no período do governo do presidente Lula.

É, portanto, tarefa indispensável uma ação renovadora, efetiva e integrada dos governos federal, estaduais e municipais, em particular nas áreas da saúde, da educação e da segurança, o que é vontade expressa das famílias e da população brasileira.

Queridos brasileiros e brasileiras,

A luta mais obstinada do meu governo será pela erradicação da pobreza extrema e a criação de oportunidades para todos.

Uma expressiva mobilidade social ocorreu nos dois mandatos do Presidente Lula. Mas ainda existe pobreza a envergonhar nosso país e a impedir nossa afirmação plena como povo desenvolvido.

Não vou descansar enquanto houver brasileiros sem alimentos na mesa, enquanto houver famílias no desalento das ruas, enquanto houver crianças pobres abandonadas à própria sorte. O conagraçamento das famílias se dá no alimento, na paz e na alegria. É este o sonho que vou perseguir!

Esta não é tarefa isolada de um governo, mas um compromisso a ser abraçado por toda a nossa sociedade. Para isso peço com humildade o apoio das instituições públicas e privadas, de todos os partidos, das entidades empresariais e dos trabalhadores, das universidades, da juventude, de toda a imprensa e das pessoas de bem.

A superação da miséria exige prioridade na sustentação de um longo ciclo de crescimento. É com crescimento que serão gerados os empregos necessários para as atuais e as novas gerações.



É com crescimento, associado a fortes programas sociais, que venceremos a desigualdade de renda e do desenvolvimento regional.

Isso significa – reitero – manter a estabilidade econômica como valor. Já faz parte, aliás, da nossa cultura recente a convicção de que a inflação desorganiza a economia e degrada a renda do trabalhador. Não permitiremos, sob nenhuma hipótese, que essa praga volte a corroer nosso tecido econômico e a castigar as famílias mais pobres.

Continuaremos fortalecendo nossas reservas externas para garantir o equilíbrio das contas externas e bloquear, e impedir a vulnerabilidade externa. Atuaremos decididamente nos fóruns multilaterais na defesa de políticas econômicas saudáveis e equilibradas, protegendo o país da concorrência desleal e do fluxo indiscriminado de capitais especulativos.

Não faremos a menor concessão ao protecionismo dos países ricos que sufoca qualquer possibilidade de superação da pobreza de tantas nações pela via do esforço de produção.

Faremos um trabalho permanente e continuado para melhorar a qualidade do gasto público.

O Brasil optou, ao longo de sua história, por construir um Estado provedor de serviços básicos e de previdência social pública.

Isso significa custos elevados para toda a sociedade, mas significa também a garantia do alento da aposentadoria para todos e serviços de saúde e educação universais. Portanto, a melhoria dos serviços públicos é também um imperativo de qualificação dos gastos governamentais.

Outro fator importante da qualidade da despesa é o aumento dos níveis de investimento em relação aos gastos de custeio. O investimento público é essencial como indutor do investimento privado e como instrumento de desenvolvimento regional.

Através do Programa de Aceleração do Crescimento e do programa Minha Casa, Minha Vida, manteremos o investimento sob estrito e cuidadoso acompanhamento da Presidência da República e dos ministérios.

O PAC continuará sendo um instrumento de coesão da ação governamental e coordenação voluntária dos investimentos estruturais dos estados e municípios. Será também vetor de incentivo ao investimento privado, valorizando todas as iniciativas de constituição de fundos privados de longo prazo.

Por sua vez, os investimentos previstos para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas serão concebidos de maneira a dar ganhos permanentes de qualidade de vida, em todas as regiões envolvidas.

Esse princípio vai reger também nossa política de transporte aéreo. É preciso, sem dúvida, melhorar e ampliar nossos aeroportos para a Copa e as Olimpíadas. Mas é mais que necessário melhorá-los já, para arcar com o crescente uso desse meio de transporte por parcelas cada vez mais amplas da população brasileira.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Junto com a erradicação da miséria, será prioridade do meu governo a luta pela qualidade da educação, da saúde e da segurança.

Nas últimas décadas, o Brasil universalizou o ensino fundamental. Porém é preciso melhorar sua qualidade e aumentar as vagas no ensino infantil e no ensino médio.

Para isso, vamos ajudar decididamente os municípios a ampliar a oferta de creches e de pré-escolas.

No ensino médio, além do aumento do investimento público vamos estender a vitoriosa experiência do ProUni para o ensino médio profissionalizante, acelerando a oferta de milhares de vagas para que nossos jovens recebam uma formação educacional e profissional de qualidade.

Mas só existirá ensino de qualidade se o professor e a professora forem tratados como as verdadeiras autoridades da educação, com formação continuada, remuneração adequada e sólido compromisso dos professores e da sociedade com a educação das crianças e dos jovens.

Somente com avanço na qualidade de ensino poderemos formar jovens preparados, de fato, para nos conduzir à sociedade da tecnologia e do conhecimento.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Consolidar o Sistema Único de Saúde será outra grande prioridade do meu governo.

Para isso, vou acompanhar pessoalmente o desenvolvimento desse setor tão essencial para o povo brasileiro.

O SUS deve ter como meta a solução real do problema que atinge a pessoa que o procura, com uso de todos os instrumentos de diagnóstico e tratamento disponíveis, tornando os medicamentos acessíveis a todos, além de fortalecer as políticas de prevenção e promoção da saúde.

Vou usar, sim, a força do governo federal para acompanhar a qualidade do serviço prestado e o respeito ao usuário.

Vamos estabelecer parcerias com o setor privado na área da saúde, assegurando a reciprocidade quando da utilização dos serviços do SUS.

A formação e a presença de profissionais de saúde adequadamente distribuídos em todas as regiões do país será outra meta essencial ao bom funcionamento do sistema.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

A ação integrada de todos os níveis do governo e a participação da sociedade é o caminho para a redução da violência que constrange a sociedade e as famílias brasileiras.

Meu governo fará um trabalho permanente para garantir a presença do Estado em todas as regiões mais sensíveis à ação da criminalidade e das drogas, em forte parceria com estados e municípios.

O estado do Rio de Janeiro mostrou o quanto é importante, na solução dos conflitos, a ação coordenada das forças de segurança dos três níveis de governo, incluindo – quando necessário – a participação decisiva das Forças Armadas.

O êxito dessa experiência deve nos estimular a unir as forças de segurança no combate, sem tréguas, ao crime organizado, que sofisticava a cada dia seu poder de fogo e suas técnicas de aliciamento dos jovens.

Buscaremos também uma maior capacitação federal na área de inteligência e no controle das fronteiras, com o uso de modernas tecnologias e treinamento profissional permanente.

Reitero meu compromisso de agir no combate às drogas, em especial ao avanço do crack, que desintegra nossa juventude e infelicita as nossas famílias.

O pré-sal é nosso passaporte para o futuro, mas só o será plenamente, queridas brasileiras e queridos brasileiros, se produzir uma síntese equilibrada de avanço tecnológico, avanço social e cuidado ambiental.

A sua própria descoberta é resultado do avanço tecnológico brasileiro e de uma moderna política de investimentos em pesquisa e inovação. Seu desenvolvimento será fator de valorização da empresa nacional e seus investimentos serão geradores de milhares de novos empregos.

O grande agente dessa política foi e é a Petrobrás, símbolo histórico da soberania brasileira na produção energética e do petróleo.

O meu governo terá a responsabilidade de transformar a enorme riqueza obtida no pré-sal em poupança de longo prazo, capaz de fornecer às atuais e às futuras gerações a melhor parcela dessa riqueza, transformada, ao longo do tempo, em investimentos efetivos na qualidade dos serviços públicos, na redução da pobreza e na valorização do meio ambiente. Recusaremos o gasto apressado, que reserva às futuras gerações apenas as dívidas e a desesperança.

Queridos e queridas brasileiras e brasileiros,

Muita coisa melhorou no nosso país, mas estamos vivendo apenas o início de uma nova era. O despertar de um novo Brasil.

Recorro a um poeta da minha terra natal. Ele diz: “o que tem de ser, tem muita força, tem uma força enorme”.

Pela primeira vez o Brasil se vê diante da oportunidade real de se tornar, de ser, uma nação desenvolvida. Uma nação com a marca inerente também da cultura e do estilo brasileiros – o amor, a generosidade, a criatividade e a tolerância.

Uma nação em que a preservação das reservas naturais e das suas imensas florestas, associada à rica biodiversidade e à matriz energética mais limpa do mundo, permitem um projeto inédito de país desenvolvido com forte componente ambiental.

O mundo vive em um ritmo cada vez mais acelerado de revolução tecnológica. Ela se processa tanto na decifração de códigos desvendadores da vida quanto na explosão da comunicação e da informática.

Temos avançado na pesquisa e na tecnologia, mas precisamos avançar muito mais. Meu governo apoiará fortemente o desenvolvimento científico e tecnológico para o domínio do conhecimento e para a inovação como instrumento fundamental de produtividade e competitividade do nosso país.

Mas o caminho para uma nação desenvolvida não está somente no campo econômico ou no campo do desenvolvimento econômico pura e simplesmente. Ele pressupõe o avanço social e a valorização da nossa imensa diversidade cultural. A cultura é a alma de um povo, essência de sua identidade.

Vamos investir em cultura, ampliando a produção e o consumo em todas as regiões de nossos bens culturais e expandindo a exportação de nossa música, cinema e literatura, signos vivos de nossa presença no mundo.

Em suma: temos que combater a miséria, que é a forma mais trágica de atraso, e, ao mesmo tempo, avançar investindo fortemente nas áreas mais modernas e sofisticadas da invenção tecnológica, da criação intelectual e da produção artística e cultural.

Justiça social, moralidade, conhecimento, invenção e criatividade devem ser, mais que nunca, conceitos vivos no dia a dia da nossa nação.

Queridas e queridos brasileiros e brasileiras,

Considero uma missão sagrada do Brasil a de mostrar ao mundo que é possível um país crescer aceleradamente, sem destruir o meio ambiente.

Somos e seremos os campeões mundiais de energia limpa, um país que sempre saberá crescer de forma saudável e equilibrada.

O etanol e as fontes de energias hídricas terão grande incentivo, assim como as fontes alternativas: a biomassa, (incompreensível) a eólica e a solar. O Brasil continuará também priorizando a preservação das reservas naturais e de suas imensas florestas.

Nossa política ambiental favorecerá nossa ação nos fóruns multilaterais. Mas o Brasil não condicionará sua ação ambiental ao sucesso e ao cumprimento, por terceiros, de acordos internacionais.

Defender o equilíbrio ambiental do planeta é um dos nossos compromissos nacionais mais universais.

Meus queridos brasileiros e brasileiras,

Nossa política externa estará baseada nos valores clássicos da tradição diplomática brasileira: promoção da paz, respeito ao princípio de não intervenção, defesa dos Direitos Humanos e fortalecimento do multilateralismo.

O meu governo continuará engajado na luta contra a fome e a miséria no mundo.

Seguiremos aprofundando o relacionamento com nossos vizinhos sul-americanos; com nossos irmãos da América Latina e do Caribe; com nossos irmãos africanos e com os povos do Oriente Médio e dos países asiáticos. Preservaremos e aprofundaremos o relacionamento com os Estados Unidos e com a União Européia.

Vamos dar grande atenção aos países emergentes.

O Brasil reitera, com veemência e firmeza, a decisão de associar seu desenvolvimento econômico, social e político ao nosso continente.

Podemos transformar nossa região em componente essencial do mundo multipolar que se anuncia, dando consistência cada vez maior ao Mercosul e à Unasul. Vamos contribuir para a estabilidade financeira internacional, com uma intervenção qualificada nos fóruns multilaterais.

Nossa tradição de defesa da paz não nos permite qualquer indiferença frente à existência de enormes arsenais atômicos, à proliferação nuclear, ao terrorismo e ao crime organizado transnacional.

Nossa ação política externa continuará propugnando pela reforma dos organismos de governança mundial, em especial as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Disse, ao início deste discurso, que eu governarei para todos os brasileiros e brasileiras. E vou fazê-lo.

Mas é importante lembrar que o destino de um país não se resume à ação de seu governo. Ele é o resultado do trabalho e da ação transformadora de todos os brasileiros e brasileiras. O Brasil do futuro será exatamente do tamanho daquilo que, juntos, fizermos por ele hoje. Do tamanho da participação de todos e de cada um:

Dos movimentos sociais, dos que labutam no campo,

dos profissionais liberais,

dos trabalhadores e dos pequenos empreendedores,

dos intelectuais,

dos servidores públicos,

dos empresários,

das mulheres,

dos negros, dos índios, dos jovens,

de todos aqueles que lutam para superar distintas formas de discriminação.

Quero estar ao lado dos que trabalham pelo bem do Brasil na solidão amazônica, no semiárido nordestino e em todos os seus rincões, na imensidão do cerrado, na vastidão dos pampas.

Quero estar ao lado dos que vivem nos aglomerados metropolitanos, na vastidão das florestas; no interior ou no litoral, nas capitais e nas fronteiras do Brasil.

Quero convocar todos a participar do esforço de transformação do nosso país.

Respeitada a autonomia dos poderes e o princípio federativo, quero contar com o Legislativo e o Judiciário, e com a parceria de governadores e prefeitos para continuarmos desenvolvendo nosso país, aperfeiçoando nossas instituições e fortalecendo nossa democracia.

Reafirmo meu compromisso inegociável com a garantia plena das liberdades individuais; da liberdade de culto e de religião; da liberdade de imprensa e de opinião.

Reafirmo que o que disse ao longo da campanha, que prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras. Quem, como eu e tantos outros da minha geração, lutamos contra o arbítrio, a censura e a ditadura, somos naturalmente amantes da mais plena democracia e da defesa intransigente dos direitos humanos, no nosso país e como bandeira sagrada de todos os povos.

O ser humano não é só realização prática, mas sonho; não é só cautela racional, mas coragem, invenção e ousadia. E esses são os elementos fundamentais para a afirmação coletiva da nossa nação.

Eu e meu vice-presidente Michel Temer fomos eleitos por uma ampla coligação partidária. Estamos construindo com eles um governo onde capacidade profissional, liderança e a disposição de servir ao país serão os critérios fundamentais.

Mais uma vez estendo minha mão aos partidos de oposição e às parcelas da sociedade que não estiveram conosco na recente jornada eleitoral. Não haverá de minha parte e do meu governo discriminação, privilégios ou compadrio.

A partir deste momento sou a presidenta de todos os brasileiros, sob a égide dos valores republicanos.

Serei rígida na defesa do interesse público. Não haverá compromisso com o desvio e o malfeito. A corrupção será combatida permanentemente, e os órgãos de controle e investigação terão todo o meu respaldo para aturem com firmeza e autonomia.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Chegamos ao final deste longo discurso. Queria dizer a vocês que eu dediquei toda a minha vida à causa do Brasil. Entreguei, como muitos aqui presentes, minha juventude ao sonho de um país justo e democrático. Suportei as adversidades mais extremas infligidas a todos que ousamos enfrentar o arbítrio. Não tenho qualquer arrependimento, tampouco não tenho ressentimento ou rancor.

Muitos da minha geração, que tomaram pelo caminho, não podem compartilhar a alegria deste momento. Divido com eles esta conquista, e rendo-lhes minha homenagem.

Esta, às vezes dura, caminhada me fez valorizar e amar muito mais a vida e me deu sobretudo coragem para enfrentar desafios ainda maiores. Recorro mais uma vez ao poeta da minha terra:

‘O correr da vida – diz ele – embrulha tudo. A vida é assim: esquentada e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem’.

É com essa coragem que vou governar o Brasil.

Mas mulher não é só coragem. É carinho também. Carinho que dedico a minha filha e ao meu neto. Carinho com que abraço a minha mãe que me acompanha e me abençoa.

É com esse imenso carinho que quero cuidar do meu povo, e a ele dedicar os próximos anos da minha vida.

Que Deus abençoe o Brasil!

Que Deus abençoe a todos nós!

E que tenhamos paz no mundo!”

Fonte: [www.google.com.br](http://www.google.com.br)